

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Carlos Alberto Medeiros
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 15/04/2004

Duração: 2h 50min

Arquivo digital - vídeo: 3; Fita cassete: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por ser importante militante do Movimento Negro desde o início da década de 1970 e, atualmente, um dos maiores especialistas brasileiros em políticas de Ação Afirmativa.

Temas: Discriminação racial; Esquerda; Estados Unidos da América; Forças Armadas; Golpe de 1964; Jornalismo; Movimento cultural; Movimento negro; Movimentos sociais; Negros; Racismo; Regime militar; Repressão política; Rio Grande do Sul; São Paulo;

Sumário

Entrevista: 15.04.2004

FITA 1-A: Origem familiar; a infância no Rio de Janeiro e, posteriormente, no interior de São Paulo e na capital paulista, acompanhando a mãe, empregada doméstica; lembranças do convívio com a família Giffone; contato com costumes japoneses e árabes no bairro Liberdade, em São Paulo; a segregação racial no Rio Grande do Sul, vivenciada quando visitava a família da mãe, em Porto Alegre, durante a juventude; observação da existência de segregação em outros estados do Brasil e relativização da diferença entre o racismo no Brasil e nos Estados Unidos; a experiência como aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena (MG) (1964-1968), e seu afastamento da escola por suspeita de comunismo; comentários sobre a presença de negros como oficiais das forças armadas; o grupo de leitura organizado por alguns alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar; acidente de avião sofrido durante a formação na escola de cadetes do ar; o processo de desligamento da escola, em 1968.

FITA 1-B: O desligamento da Escola Preparatória de Cadetes de Ar (continuação); a preparação para o vestibular para comunicação, em 1969; lembranças dos padrinhos, com quem morou no Rio de Janeiro; o trabalho como revisor no Jornal do Brasil, paralelo à faculdade de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a compra de exemplar da revista norte-americana Ebony, como parte do processo de afirmação da negritude, e a adoção do cabelo afro, em 1969, no Rio de Janeiro; descrição dos bailes soul no Clube Renascença, animados por Asfilófilo de Oliveira Filho, o Filó; a crítica ao movimento cultural Black Rio por parte de intelectuais de esquerda e de direita; defesa do soul enquanto manifestação cultural: a afirmação da negritude, a influência sobre outras formas musicais e a diferença em relação ao samba; a identificação do entrevistado como especialista de soul e black music; lembrança de congresso afro-brasileiro realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no início da década de 1970, sem a participação de negros brasileiros; a participação nas reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, a partir de 1974; as formas de apropriação, pelo movimento negro no Brasil, das experiências dos negros norte-americanos e africanos, nos anos 1970; referência à criação, no Rio de Janeiro, da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), em 1974, e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1975.

FITA 2-A: A fundação do IPCN (1975) (continuação): participação de artistas negros, de membros da Sinba e de participantes das reuniões do CEAA; breve comentário sobre a utilização de artistas brancos em papel de negros, como no caso da novela Gabriela, veiculada pela TV Globo na década de 1980; participação de membros do IPCN na fundação da Escola de Samba Quilombo; o audiovisual Passado africano, produzido pelo entrevistado e pelo IPCN, como estratégia de discussão da questão racial, em 1975; o trabalho com Filó na empresa de vídeo Cor da Pele, na década de 1980; o convite feito por Abdias do Nascimento para trabalhar na Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da População Negra (Sedepron), no estado do Rio de Janeiro, em 1991; o processo de compra da sede do IPCN, com financiamento da Interamerican Foundation, na década de 1970;

recordações da comemoração do primeiro aniversário do IPCN, na cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1976); menção ao ato público contra o racismo, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, ocorrido em julho de 1978; análise da relação entre o movimento negro e os órgãos de repressão do regime militar; a atuação de tropas do Exército durante a "Marcha contra a farsa da abolição", realizada em 11 de maio de 1988, na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, para evitar que os manifestantes chegassem à estátua de Duque de Caxias; a defesa da ação afirmativa a partir do início da década de 1990: organização de seminário na prefeitura de São Paulo, junto com Hédio Silva Júnior, em 1992.

FITA 2-B: As diferentes identidades raciais atribuídas ao entrevistado em diferentes contextos, e considerações sobre a "arbitrariedade do signo racial"; breve menção ao conceito de "modernidade líquida" de Zygmunt Bauman; as origens da ideia de ação afirmativa no movimento negro contemporâneo no Brasil; ocasiões em que o entrevistado foi aos Estados Unidos, a partir de 1991; iniciativas de empreendimentos de empresários negros brasileiros e norte-americanos desenvolvidas no Brasil à época da entrevista; razões pelas quais negros norte-americanos gostam de vir ao Brasil, à época da entrevista, e razões pelas quais o entrevistado também gosta de estar nos Estados Unidos; respostas às críticas contra a ação afirmativa, especialmente contra as cotas para negros nas universidades; avaliação dos resultados das políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos.

FITA 3-A: Respostas às críticas contra a ação afirmativa, especialmente contra as cotas para negros nas universidades (continuação); o desempenho dos alunos cotistas no primeiro semestre de 2003, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); considerações sobre os critérios utilizados na diferenciação racial entre negros e brancos; análise da relação entre o movimento negro e instâncias do poder público, ao longo das últimas décadas; a experiência de trabalho na Sedepron, no estado do Rio de Janeiro, no início dos anos 1990; exemplos de medidas de ação afirmativa implementadas pelo Estado nos Estados Unidos; crítica a propostas de políticas voltadas para os pobres, como forma de atingir os negros; a experiência como assessor do ministro Extraordinário dos Esportes na gestão de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, de 1995 a 1996; menção à participação no Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, criado pelo governo federal em 1995; a informação, obtida no kardecismo, de que o entrevistado tem uma missão relacionada à questão racial; o trabalho como assessor do senador Abdias do Nascimento, entre 1997 e 1999.

FITA 3-B: Atuação como assessor de Abdias do Nascimento no Senado (continuação); o mestrado em sociologia e direito na Universidade Federal Fluminense, a partir de 2001; relato de fiscalização feita em shopping do Rio de Janeiro pelo movimento negro, levantando o número de lojas que empregavam funcionários negros; a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001: convite para integrar a delegação brasileira, elaboração do vídeo O Brasil em Durban e os efeitos da Conferência no Brasil; descrição de como o governador Anthony Garotinho sancionou, em novembro de 2001, a Lei nº 3.708, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), instituindo cotas para negros no acesso às universidades públicas estaduais; discussão sobre a pouca diferença que existe entre os pontos de vista da direita e da esquerda em relação ao movimento negro; a importância da Lei nº 10.639,

sancionada em janeiro de 2003, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio; balanço da trajetória do movimento negro: a ação afirmativa como bandeira comum, o respeito mútuo entre os militantes como sinal de maturidade e a distância do entusiasmo dos anos 1970; recordações das reuniões do IPCN no prédio do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, no Centro do Rio, na década de 1970.

Entrevista: 15.04.2004

Verena Alberti – Então, nós estávamos aqui conversando que nós temos muita coisa para conversar hoje, muita coisa para aprender com o senhor – vou chamar de você, assim fica mais fácil, logo de começo. Enfim, a gente queria saber um pouco, porque a nossa preocupação também é acompanhar a trajetória de vida dos nossos entrevistados, saber de onde eles surgiram, como é que eles foram trilhando seu caminho. E para isso, a gente acha que a formação, o início, a infância, são fundamentais na formação de qualquer pessoa. Então, você nasceu em 1947, no Rio de Janeiro...

Carlos Medeiros – Aqui perto, na Policlínica de Botafogo.

V.A. – E moravam aqui perto?

C.M. – Minha mãe era empregada doméstica, eu fui criado por ela. Então, a gente mudou muito. Mas, o primeiro endereço, eu me lembro, foi no Leme, depois em Jacarepaguá, depois Urca, depois, com uma família, fomos para o interior de São Paulo, para Tremembé, que é um distrito de Taubaté, e depois Taubaté, e depois São Paulo. E eu fui também aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar...

V.A. – Só um instante. Vamos voltar: O nome da sua mãe?

C.M. – Flora Lima Medeiros.

V.A. – E o pai, conhecido?

C.M. – Norival Medeiros.

V.A. – Você chegou a morar com o seu pai?

C.M. – Não. Fui criado pela minha mãe.

V.A. – Sempre, o tempo todo nas casas onde ela trabalhava?

C.M. – Nas casas em que ela trabalhava.

V.A. – E conheceu seu pai?

C.M. – Não cheguei a conhecer.

V.A. – Só sabe o nome, nunca viu?

C.M. – Nunca vi.

V.A. – Isso é impressionante também, não é?

C.M. – Não incomum.

V.A. – Não incomum, exatamente. Eu digo, para a vida...

C.M. – Inclusive, essa história da mãe empregada doméstica, isso é uma coisa que é muito recorrente em pessoas, inclusive, participantes de movimentos, entre os negros de maneira geral. Negros que conseguiram, de repente, algum tipo de ascensão por causa de algum sacrifício muito grande da família. Particularmente por causa da coisa da mãe. Esse foi o meu caso.

V.A. – E tinha irmãos?

C.M. – Não.

V.A. – Foi filho único.

C.M. – Único. O que também ajuda. E também tive... e isso vale anotar. Pelo menos uma dessas famílias, no geral, eu tenho uma memória muito boa, e eu lembro de ser sempre muito bem tratado. Eu era um garotinho inteligente..., mas uma família, então,

que marcou muito, era uma família cujo chefe, o pai era um médico que chegou a ser médico da seleção brasileira chamado Amílcar Giffone.

Amilcar Pereira – Amílcar?

C.M. – É, teu xará. Amílcar Giffone. E a mulher dele, dona Solange. E a dona Solange era uma pessoa... Eles tinham um filho da minha idade. Os dois, mas particularmente a dona Solange, mulher, aquela coisa com menino... Ela tinha um carinho muito especial por mim. Era uma pessoa muito acima da média em termos de cultura, uma pessoa que falava inglês, francês e espanhol, tocava piano... Então, tudo o que ela podia passar para mim, ela passava. Inclusive cheguei a estudar piano. Imagina: o garoto, filho da empregada, estava lá estudando piano.

Ela me estimulou muito, ela serviu de modelo. Eu achava muito legal aquele negócio de ela falar outras línguas... Isso marcou, embora não tenha sido um período de convivência muito extenso, mas foi muito marcante. Depois o contato se manteve com o tempo. E foi dela, veio dela, da coisa da família dela, porque ela tinha dois irmãos militares, um oficial do Exército e outro da Aeronáutica, essa coisa de entrar para a Aeronáutica, de ser um cadete como uma forma de ascensão social. Ainda mais porque, na época, as forças armadas não tinha nada do desgaste que passaram a ter depois dos anos 1960. Era uma carreira bonita.

A.P. – Nesse momento você tinha quantos anos?

C.M. – Eu tinha uns dez, oito ou dez, nesse convívio. E acabei fazendo isso...

V.A. – Mas ficou no Rio até que idade, até ir para Tremembé?

C.M. – Até oito. Quando eu fui, estava no meio do segundo ano primário, então, eu tinha uns sete para oito anos.

V.A. – Estudando aqui no Leme, na Urca?

C.M. – Estudando na Urca. Tinha uma escola, a Escola Mem de Sá, que era a escola lá dentro da Fortaleza de São João. Aí depois para Tremembé, interior de São Paulo, e um ano e pouco, um ano e meio... Era muito interessante também, porque uma cidade, que havia só uma rua calçada e tinha o rio Paraíba, a Serra do Mar, um lugar bonito. Era a terra onde nasceu Monteiro Lobato. Um lugar muito bonito, e outra realidade. A gente vai ver outras coisas, outras formas. Tremembé, São Paulo, aí, chega em São Paulo, aquele impacto de uma cidade com uma presença imensa de... Minha mãe foi trabalhar com uma família árabe. Que aí era uma outra realidade. E era uma época que você não tinha, no Rio, essa coisa de esfiha... nem pizza. Pizza era uma coisa vista como de São Paulo. Então, lá era aquele cosmopolitismo, um bairro que você tinha grande presença de árabes, aí eu vou estudar em uma escola que tinha muito japonês, que era também, um primeiro contato. Colégio considerado padrão, Colégio Estadual Presidente Roosevelt, na Liberdade, na rua São Joaquim na Liberdade, com um supermercado japonês, templo budista, cinema que só passava filme japonês... E muitos alunos, eu diria que de 30 a 40% de alunos, um percentual grande de japoneses ou de nisseis na escola, era um outro impacto também.

Mas uma coisa que, mais do que isso, marcou e é importante aqui para a nossa conversa mais diretamente, eram as viagens para o Rio Grande do Sul. Porque minha mãe é do Sul. Minha mãe é de Jaguarão, é viva, é da fronteira.

V.A. - De Santa Catarina?

C.M. – Não, Rio Grande do Sul com o Uruguai. Brasil – Uruguai. Tem um rio, e do outro lado do Rio é o Uruguai. É a Tigas do outro lado. Parece que atravessavam de canoa, atravessavam o rio e estavam no Uruguai. Eu nunca fui a Jaguarão, mas a Porto Alegre, porque tinham muitas pessoas da família lá. Eu até estava pensando nessa experiência, porque havia duas coisas que falavam sobre o Rio Grande do Sul, nos advertiam sobre o Rio Grande do Sul: uma era o frio e a outra era o racismo. E eu tive experiências ambíguas com as duas coisas. Por quê? O frio, eu descobri que também podia ser uma coisa legal. Eu gosto de frio, eu descobri lá que gosto de frio. Claro, você bem agasalhado, se não estivesse chovendo, você podia curtir bem o friozinho. E a coisa do racismo, como é que era? Era uma situação completamente diferente daqui, porque havia uma linha nítida de separação. Então negros e brancos podiam conviver no

trabalho, podiam até, de repente, torcer pelo mesmo time de futebol, mas, o que as pessoas chamam de vida social, as festas, os clubes, eram absolutamente segregados. Ou seja, então eu não aprendi sobre segregação lendo alguma coisa sobre os Estados Unidos. Eu vivi a segregação. Então, você tinha os clubes de negros como o Floresta Aurora, Marcílio Dias, Sociedade Prontidão, e nessas festas, tanto festas em casa quanto nos clubes, você não via brancos. Não eram frequentados por brancos, brancos não iam, não eram convidados, assim como os negros não iam aos clubes dos brancos, nem tampouco eram convidados. Não era por classe, era por raça. Porque mesmo na favela havia festas para negros e festas para brancos. Mesmo nos sindicatos. Então era absolutamente segregado.

Aí eu descobri outra coisa, porque gostam de dizer que a diferença, por exemplo, entre Brasil e Estados Unidos está no fato de aqui a visão é multipolar, você tem várias categorias, lá você tem negro e branco. Não é nem bem assim lá, nem bem assim aqui. Porque aqui eu descobri que no Rio Grande do Sul, e depois eu vi que não era só no Rio Grande do Sul, havia uma divisão bipolar. Porque quem eram os negros? Os negros era ele, eu. Foi lá que eu comecei a identificar pessoas mais claras, com a pele mais clara, com a aparência menos negroide, como negras, porque elas estavam lá. Elas não podiam ir nas festas dos brancos. E, ao mesmo tempo, eu descobri que tal como o frio, aquilo também tinha um lado muito interessante porque eu me sentia muito bem. Eu me sentia muito bem naquelas festas, naqueles ambientes, depois reelaborando, você vai sempre reelaborando... Uma coisa que estava clara, logo de cara, é que era um ambiente seguro no qual eu não seria discriminado. Mas era mais do que isso, era o lugar onde eu me sentia valorizado, onde a menina mexia comigo, onde eu tinha um tipo que eu não tinha nos lugares misturados. Porque aí você tem essa situação: é misturado, mas há uma hierarquia. Está todo mundo no mesmo espaço, mas há uma hierarquia, há uma valorização diferente.

Então, descobri segregação e bipolaridade no Rio Grande do Sul, no Brasil e percebi depois que aquilo se estendia. Não era só Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, mas São Paulo, cidades do interior de São Paulo. Aí você vai vendo estórias de Movimento Negro nesses lugares todos, como havia uma segregação. Campinas: Campinas tinha cinema que os negros tinham que sentar na parte de cima, barbeiros que não atendiam negros, e quando não atendiam negros, não atendiam ninguém que se parecesse, que tivesse alguma... Então, eu fui um pouco introduzido também à

ambiguidade das relações raciais, aquilo que você pensa: “O bom pode não ser tão bom, o que é ruim também pode não ser tão ruim.” E eu identifico isso hoje com o meu contato, por exemplo, com os negros norte-americanos, agora, duas semanas atrás eu estava lá. Eles se queixam de coisas que perderam com a integração. Então lá em Kansas City foi um exemplo bem ilustrativo. Lá tem a sede do que era a *Negro Baseball League*, a Liga de Basebol Negra. O esporte era segregado até o ano em que eu nasci, 1947. Já tem até filme sobre o primeiro negro que jogou basebol, que integrou, um tal de Jack Robinson. Eles dizem o quê? Quando havia uma liga separada eles eram os donos dos estádios, eles eram donos de um monte de negócios que fluíam por aquela atividade, e hoje eles têm alguns negros que jogam nos times dos brancos. Eles consideram que perderam. Claro, ninguém está defendendo que a segregação é melhor, não é isso. Mas é ambíguo. Há efeitos colaterais, coisas que não... Segregação não é feita para isso, mas ela cria determinadas coisas que a falsa integração não dá em troca. É isso.

Então, no Rio Grande do Sul eu aprendi, e vi depois que São Paulo era assim, interior de São Paulo, Minas, interior de Minas. Interior do Rio de Janeiro, Barra Mansa, Barra do Piraí, a estória do clube de negros está por toda parte e no entanto, querem nos dizer que isso é uma importação dos Estados Unidos.

V.A. – Você ia com frequência para o Rio Grande do Sul?

C.M. – Eu ia, mais ou menos de dois em dois anos. Mamãe arranjava um jeito, íamos de tudo quanto era jeito. Ela era super atirada, então, íamos lá no Correio Aéreo Nacional, aí conseguíamos ir de avião. Aquele avião da FAB, mas chegava rapidinho.

V.A. – Por causa daquele contato na Aeronáutica também?

C.M. – Não. Antes, quando eu era criança, quando eu era pequeno. Ela ia lá, sabia que havia aquilo, que era uma questão de se inscrever, se tinha vaga eles levavam, não tinha porque levar o avião vazio. E aí, de vez em quando, a gente ia de avião. Ia de trem, porque não tinha ônibus, aliás, o ônibus era um negócio complicado. Você não tinha estradas. Santa Catarina... Eu me lembro que quando começou o ônibus, a gente começou a ir de ônibus, em Santa Catarina as estradas ainda não eram asfaltadas.

Entrava em Santa Catarina: estradas de terra; entrava no Rio Grande do Sul: ia pela praia, lá por Torres, a praia muito larga, a faixa de areia tem uma parte que dá para trafegar bem, então o ônibus ia pela praia.

V.A. – E ela saiu do Rio Grande do Sul sozinha?

C.M. – Saiu do Rio Grande do Sul sozinha. Aquela coisa assim: ela sempre teve um negócio com o Rio... E saiu na primeira oportunidade.

V.A. – Queria fazer a vida fora. E a família lá era grande?

C.M. – Uma família grande, uma família bem numerosa e assim, gente mais pobre, alguns de classe média... Eu tinha uns tios que já tinham carro. Naquela época pouca gente tinha carro. Os caras com um negócio de empreendedor... Mas, entre os negros.

V.A. – E outros saíram também, ou foi só ela que saiu?

C.M. – Depois. Agora eu tenho um primo de lá que mora aqui.

V.A. – Mas ela foi pioneira?

C.M. – Eles vieram muito depois. Eu tenho uns tios que já vieram nos anos 1970, depois que se aposentaram lá e vieram para cá.

V.A. – E ela veio com algum contato, sabe dizer?

C.M. – Não. Alguém ofereceu o emprego e ela veio. De repente veio com alguma família e ficou, uma coisa assim.

V.A. – Bom, aí, foi Tremembé, Taubaté e São Paulo, Escola Roosevelt lá em São Paulo, e depois Barbacena.

C.M. – Barbacena, Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

V.A. – Aí a mãe ficava em São Paulo e você...

C.M. – Em Barbacena. Em Barbacena...

V.A. – Isso foi quando, mais ou menos?

C.M. – Eu entrei, pisei na Escola Preparatória de Cadetes do Ar no dia 24 de março de 1964, exatamente uma semana antes do Golpe. Isso também acabou... Eu não fiquei lá em função disso. Eu fui mandado embora em setembro de 1968 oficialmente por incapacidade para o oficialato, inaptidão para o oficialato. Só que eu consegui agora, eu estou mexendo essa estória, consegui agora no início do ano, um documento, lá no Arquivo Público, mandado pelo SISA, pelo Serviço de Informações da Aeronáutica, para os outros órgãos, para o CENIMAR, para o DOPS... Dizendo que eu e mais dois tínhamos, sob a fachada de um clube do livro, um grupo de estudos marxistas dentro da Escola de Aeronáutica, e por isso, tínhamos sido afastados. Isso está sendo o meu grande passaporte para entrar, quero dizer, eu já estou mexendo nisso, eu e esses outros dois. Então, fomos mandados embora pela paranoia anticomunista, basicamente isso. Nós não éramos, absolutamente, comunistas. O comandante da escola se chamava Geraldo Labarte Lebre, é um cara envolvido naquele caso ParaSar¹, isso vocês devem ter ouvido muito por aqui. Aqueles caras que viam comunistas em baixo da cama, na sombra...

A.P. – Então você acha que essa desvinculação com a Aeronáutica não tem nada a ver com a questão racial?

C.M. – Não. Com certeza, não. Embora isso pudesse pesar lá dentro. Eu conheci casos de discriminação assim: o cara que era da turma anterior a minha, e que foi desligado do vôo, não pôde ser aviador, porque tem uma hierarquia também. Na Aeronáutica é o aviador, tal como... agora eu estou bem por dentro da Marinha, estou namorando uma

¹ A ação pretendia acionar a 1ª Esquadilha Aeroterrestre de Salvamento (Parasar) para uma série de atentados políticos. O plano incluía ações como a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro, vários atentados a bomba e, por fim, o sequestro de 40 políticos, militares e líderes estudantis, entre eles o ex-governador Carlos Lacerda, o general Olímpio Mourão Filho e o brigadeiro cassado Francisco Teixeira, que seriam levado a bordo de um DC-3 e atirados ao mar.

oficial da Marinha, então, na Marinha é a Armada, o fuzileiro, o pessoal que faz a Escola Naval. Essa é a elite, mas principalmente a Armada. Na aeronáutica são os aviadores. Os postos mais importantes são ocupados por aviadores. Então ele foi desligado em uma situação em que foi evidente discriminação. Mas, foi desligado do vôo, foi para a intendência, que era uma coisa secundária.

V.A. – Mas não havia então oficiais aviadores negros?

C.M. – Havia poucos, muito poucos. Não era uma coisa sistemática. Tal aquela coisa do racismo brasileiro. Não era uma coisa sistemática, não era por Lei, era pelo arbítrio de cada um, em determinada posição a pessoa pode fazer, você está como instrutor de um determinado aluno e você pode prejudicar aquele aluno se você quiser. Foi isso que aconteceu, acontecia. Mas eu creio que eu já entrei em uma época em que abriu. Pelo que eu sei, mais ou menos, as Forças Armadas foram abrindo lá no final dos anos 1950 para oficiais negros. Então, eu cheguei a visitar na época em que eu estava na Escola de Aeronáutica, eu cheguei a ir à Escola Naval e vi... Isso é outra coisa interessante, os negros aprendem, isso é uma coisa ligada, eu acho, ao instinto da sobrevivência, então, você tem que sacar o mundo a sua volta e você começa a desenvolver determinadas percepções, que eu acredito que os brancos não precisam desenvolver. E por isso é importante a nossa visão junto com a visão dos brancos para poder entender a realidade total. Mas até agora você tem tido muito mais os brancos falando em nome de todo mundo, e falando em nome dos negros.

Então, o que acontece? Os negros precisam desenvolver, por uma questão de sobrevivência, por uma questão de coisas ligadas a sobrevivência, uma percepção muito grande de determinadas coisas. Então, eu me lembro que eu chegava lá na Escola Naval: “E estou vendo quantos negros têm, só sacando...” Se eu só visse brancos eu registraria, com certeza. E eu vi alguns alunos...

V.A. – Mais do que em Barbacena?

C.M. – Acho que era mais ou menos a mesma coisa, talvez um pouco menos. Minha percepção não foi essa.

V.A. – Porque a Marinha é conhecida por... Enfim, no início do século XX, por ter muito racismo, mas aí, não tinha nem Aeronáutica ainda.

C.M. – Exatamente. A Aeronáutica também era conhecida, o Exército era considerado mais aberto. A Aeronáutica tinha uma coisa meio de elite... Mas eu percebi que nessa década já estava começando a abrir. Minha turma devia ter... Eram uns 200, devia ter uns 20. Curiosamente, a minha percepção também mudou. A turma se encontra, então hoje eu vejo mais negros do que eu via, também teve isso. Então, tem um certo percentual, claro...

V.A. – Então hoje você vê 20?

C.M. – Talvez hoje eu veja mais do que eu via. Talvez hoje eu veja uns 30.

V.A. – A experiência lá foi normal, de uma escola de cadetes?

C.M. – Foi normal. Tirando essa... Claro que tinha problemas, claro que tinha conflitos em que de repente a coisa de raça aparecia. É aquela estória: não tem problema nenhum, mas na hora que o cara está com raiva de você, você vira negro imediatamente. Mas isso, como diz o Jorge da Silva a respeito da Polícia, as Forças Armadas são um reflexo da sociedade, elas são a sociedade. Então, ali dentro estão todos os conflitos que estão na sociedade. Agora, não tinha nada especial, não tinha nada que eu não estivesse acostumado. Apelido, essa coisa de xingamento na hora da briga, ao mesmo tempo, tudo legal na hora... Caras que realmente nunca entraram por essas coisas também. Você tem todo o tipo de jovens. Mas não tinha nada especialmente negativo.

Eu tive algumas experiências também muito boas, como eu tive também fora de lá. Por exemplo, eu me lembro que o meu instrutor de voo – e hoje um cara que está participando muito da discussão política – que é um cara chamado Manuel Cambezi Júnior. Ele foi meu instrutor de voo. Esse cara depois atuou muito, ele ainda trabalha vinculado à Escola Superior de Guerra, ele tem toda uma produção de textos nacionalistas, inclusive um debate com esse Olavo de Carvalho. E eu lembro que esse cara... Bom, isso eu não falei: antes de ser mandado embora, eu tive um acidente. Eu caí

com o avião lá em Nova Iguaçu. Isso aqui é uma lembrança. E esse era o meu instrutor. Eu me lembro como ele veio na pista chorando...

V.A. – Você estava sozinho no avião?

C.M. – Estava solo e ia aterrissar e fiz uma coisa errada e caí em cima de uma rural que vinha passando na estrada, e felizmente não aconteceu nada para o cara, e eu quebrei dentes e o maxilar. Mas eu me lembro muito bem desse instrutor, um louro, grandão. E o cara, era um cara que, além de tudo, era extremamente corajoso, porque havia instrutores que não soltavam o avião para o aluno com medo. E esse cara, logo no primeiro dia, eu lembro que entrei no avião: “Faz o check... Decola.” Na primeira vez ele me mandou decolar, e deu o avião na minha mão. Então, era um cara corajoso, por ser um bom instrutor, evidentemente, e fiquei depois muito satisfeito em encontrá-lo...

V.A. – Mas ele veio chorando...

C.M. – Ele veio desesperado. Anos depois eu encontrei com ele em um baile de carnaval no Monte Líbano, e ele estava, sabe... Tinha tomado todas e veio, me abraçou, aí passou o tempo, a coisa de dois anos eu dei uma entrevista, eu participei de um programa da TVE e o entrevistador perguntou se eu queria deixar o e-mail, eu passei o e-mail e ele fez um contato comigo: “Eu estava vendo, parecia que era. Quando eu vi o e-mail...” O meu e-mail remete a turma, porque é calmed64...

V.A. – Por isso que tem o 64.

C.M. – Tinha que botar mais um número, o 64 é da turma. A gente se encontra com frequência, pelo menos duas vezes por ano. Agora eu não pude, eu estava nos Estados Unidos e não pude ir ao aniversário de 40 anos da turma lá em Barbacena em março. Então foi uma experiência muito marcante.

V.A. – Quando você foi desligado em setembro de 1968, você achou que era... Não tem aptidão... Você sabia o que era?

C.M. – Não. Eu sabia plenamente.

V.A. – Como foi esse grupo de leitura?

C.M. – Eu entrei para Barbacena em 1964, são três anos, era um segundo grau, então 1964, 65, 66. Só que o último ano de Barbacena, nós fizemos no Campo dos Afonsos. Isso era uma... De vez em quando eles mudavam, eles queriam botar mais alunos na Escola, então, pegavam o terceiro ano para ser aqui no Campo dos Afonsos. E foi uma pena porque Barbacena tinha todo o clima de estudar, era frio, eu também gostava. Afonsos, um forno. Em 1966 eu estava aqui, e em 67 eu passei, então, a ser cadete. Eu era aluno da Escola Preparatória e passei a ser cadete. Recebe espadim, aquela estória toda... E a gente tinha uma ideia: muitas pessoas liam e emprestavam livros. “Vamos fazer o seguinte, vamos juntar aquele pessoal que gosta de ler e a gente pega um cruzeiro de cada um no dia do soldo – quando recebe – e cada mês um pega aquele dinheiro e compra os livros que quiser, e aquilo fica fazendo parte de um patrimônio comum. Depois, quando a gente se formar, a gente vê o que a gente faz com aqueles livros.”

Então, era a coisa mais solta possível, podia ser qualquer coisa. Claro que alguns tinham interesse por coisas mais políticas, outros por romances. E, para a coisa não ficar muito solta, nós resolvemos fazer umas reuniões de vez em quando. Uma coisa literária, para o cara falar sobre o livro que ele tivesse lido, era isso. E eu me lembro que chegamos a fazer umas duas reuniões, uma até estava calor, de dia na beira da piscina. E a gente não avisou todo mundo para evitar os gozadores que apareceriam lá, de repente, só para esculhambar a estória, fazer piada. Era apenas isso.

Mas morreu de inanição. Acho que nós fizemos umas três reuniões dessas, depois, sabe aquela coisa que vai esquecendo... Acabou.

Mais de um ano e meio depois, porque eu já tinha tido o acidente, estava me recuperando, estava em São Paulo. Tinha sido operado, tinha ido para São Paulo.

V.A. – Para ficar com a mãe?

C.M. – Ficar com a minha mãe. Aí eu recebo... Primeiro a minha madrinha ligou dizendo que tinha uma estória, um negócio de uns livros, não sei o quê... Eu voltaria

para o Rio na segunda-feira, era setembro, sábado era sete de setembro, era uma sexta-feira, portanto, seis de setembro, e eu voltaria para o Rio na segunda-feira. Aí tem uma ligação: “Tem um avião aqui no Campo de Marte te esperando.” Campo de Marte é um aeroporto militar em São Paulo. “Você tem um problema para resolver.” Pensei que fosse alguma coisa ainda ligada ao acidente, embora o inquérito que fizeram sobre o acidente tinha sido favorável para mim. Portanto, eu continuaria como aviador. Eu falei: “Está bom.” Aí eu vou, chego no Campo de Marte tinha lá um avião, um *Beach Craft*, um avião relativamente pequeno, seis, sete lugares. E dois oficiais, e eles estavam estranhos, uma coisa assim meio... Olharam... Aquele avião só veio me pegar para o Rio. Chego no Campo dos Afonsos, então, eu me lembro que estava na pista de serviço, na pista de voo, lá na pista dos Afonsos, um cara da minha turma que era um cara que eu batia muito papo, e ele me cumprimentou meio constrangido. Aí me levaram até a sala do comando e estava lá, então era tenente Malan. Esse tenente Malan era um cara conhecido porque foi ele o responsável pela morte do Castelo Branco. O avião dele que bateu no avião do Castelo Branco, e dizem que é um negócio meio estranho também, eu não sei. Mas esse tenente Malan que me recebeu e disse o seguinte: “Foi descoberta uma célula comunista nessa escola e você está seriamente implicado.” Aquilo foi um choque, um choque maior do que o acidente de avião. Porque se você está voando, uma possibilidade que tem é cair. Você ter um acidente era algo possível, aconteceria com alguém da turma. Toda turma tem um monte de caras mortos. Um monte... Mas tem. Minha turma deve ter, pelo menos mais de dez morreram em acidentes de avião. Então, quando aconteceu, eu me lembro que eu pensei: “Foi acontecer logo comigo.” Eu sabia que aconteceria com alguém, e não queria que fosse comigo.

Mas essa coisa, foi uma surpresa absoluta porque a gente não estava fazendo isso. Então eu não podia esperar que isso acontecesse. O que era? Era aquele negócio do livro. Tinha um de nós, e é interessante, porque ele tinha estudado comigo no Roosevelt. Nós estudamos juntos para a prova, passamos juntos, era o Artur Vieira dos Santos. E o Artur, para você ver como era o nível da coisa, era muito na brincadeira, o Artur, embora não seja árabe, tem uma cara de árabe. Tinha um sargento em Barbacena chamado Abdala, e a gente botou o apelido no Artur de Abdala. Aí ficava uma gozação de Abdala, *salamaleico* Abdala. Ele era um cara organizado e ele fez uma ata de uma reunião dessas, e ficou ali: Biblioteca dos Muçulmanos. E para explicar para os caras

que tinham uma teoria conspiratória na cabeça, que era uma gozação com o Artur porque ele era parecido com o Abdala? Não explica.

Aí parece que é tão... que é fantasioso para quem tem essa ideia na cabeça, sobretudo, essa paranoia anticomunista que tinha se instalado naquele momento. E aí, nos interrogaram, aliás, o Artur já estava. O Artur que tinha falado com a minha madrinha o negócio dos livros, que eu nem tinha entendido o que era. Interrogaram o Artur e depois soltaram até para ver o que ele ia fazer. Isso é interessante dizer: éramos três, três que foram, um é da Bahia, até esse da Bahia é um sarará, que na Bahia, é visto de uma outra maneira. Isso é uma outra estória, na Bahia também é diferente. O Edmundo Vieira Júnior. O Edmundo eles tinham certeza e mandaram embora logo, porque o Edmundo tinha fotos de aviões russos. O Edmundo gostava de avião, ele tinha fotos de aviões americanos que ele pedia para as empresas, as empresas dão como divulgação. E ele queria aviões russos, então, tinha lá um cartão da embaixada ou do consulado da União Soviética. Pronto, aquilo era a prova, e ele foi mandado embora logo.

Aí soltaram o Artur. O Artur ficava hospedado na casa de um colega de turma, aliás, cujo pai era brigadeiro, mas isso não adiantou nada, na Tijuca. O Artur era de São Paulo. Eu tinha os meus padrinhos aqui, então ficava na casa dos meus padrinhos. Artur ficava na casa desse brigadeiro Cortes, desse Cortes, colega de turma, filho do brigadeiro Cortes. Então ele vai, soltam ele...

[FINAL DA FITA 1 – A]

C.M. – ...Desce na Saens Pena e ele vê esse outro, o Edmundo, que a gente chamava ainda pelo nome de guerra, Vieira Júnior. O Artur era Vieira, o nome de guerra, e o Edmundo era Vieira Júnior. O meu era Medeiros. Então ele vê o Vieira Júnior, que era um amigo, e ele fica até na dúvida: “Falo com ele ou não falo? Eu posso estar sendo seguido. Mas ele é meu amigo.” Foi lá, estava sendo seguido e ninguém podia tirar da cabeça dos caras que eles tinham marcado um encontro. [riso] Então foram coisas dessa natureza.

Quando eu cheguei na sexta-feira, o Artur já tinha sido interrogado. Então eles me perguntavam: “Quantas reuniões vocês fizeram?” Eu disse: “Eu me lembro que fizemos

uma na beira da piscina.” Diziam: “Sua memória está fraca.” Aí, vinha o Artur, chamavam o Artur e perguntavam: “Quantas reuniões foram feitas?” Ele respondia: “Três.” Diziam: “Pode ir embora.” Aí foi assim, perguntavam a coisa dos livros... Tinha lá o *Livro de Cabeceira do Homem*, que era uma publicação da Civilização Brasileira, aí, *Caçada de Búfalos na Ilha de Marajó*, não sei o quê... Tinha lá um artigo sobre Cuba, aí, o oficial lá lendo: “Em 1950 e tantos havia tantos analfabetos em Cuba, em 1960 e tantos o número caiu para... Subversão!” [riso] Era isso. Mas eles não tinham certeza e isso foi dito. Em um determinado momento, um coronel nos chamou, era até um coronel com um tipo meio índio, com a pele muito azeitonada, tipo índio. Ele nos chamou. E disse o seguinte: “O outro lá nós tínhamos certeza, de você nós não temos. Mas nós não podemos ficar na dúvida.” Isso era uma sexta-feira, nós ficamos presos lá no prédio do comando, na sala do oficial de dia. Com o oficial e duas praças tomando conta com metralhadoras. Mas às vezes chegava um oficial que conhecia a gente e falava: “Pô, que maluquice. Eu sei... Eu vou dormir aqui e não enche meu saco não.” E vinha um outro que não conhecia e não deixava que a gente comesse de garfo e faca, tinha que ser de colher. Mas, um negócio totalmente díspare. Cada um fazia a sua própria política. Então, isso foi sexta-feira: “Vamos proceder as investigações...” Sábado: sete de setembro, domingo... Segunda-feira de manhã: “Terminaram as investigações. Vocês vão ser submetidos à conselho para fins de desligamento.” Conselho, na quarta-feira. Mas na terça nós já fomos fazer exame médico para fins de desligamento, e na quarta disseram que o conselho se reuniu e... Só que eles colocaram lá essa estória: inaptidão para o oficialato. E falam de investigação. Eu levantei toda a documentação, ambos estávamos no bom comportamento, a gente tinha algumas punições, mas bom comportamento: não era por aí. Nós nunca, embora o Artur tivesse uma colocação melhor que a minha, mas a gente nunca tinha sido reprovado, nunca tinha ficado sequer para a segunda época, então qual era a inaptidão para o oficialato? Não tinha nenhuma substância, mas está ali. Agora, esse documento lá do Serviço de Informações da Aeronáutica diz exatamente o que é.

Então eu terminei, aliás, saí. Isso era setembro de 1968, e na minha cabeça estava: jornalismo.

V.A. – Por quê?

C.M. – Porque eu sempre gostei de escrever. Então me botavam na cabeça para ser engenheiro, nunca gostei, nunca gostei de montar coisas, não gosto. Estou sendo coagido pela minha namorada a furar... Não estou acostumado, estou fazendo um esforço. Não gosto, nunca gostei dessas coisas, nunca gostei de nada ligado a isso. Sempre gostei de História, Geografia, de Inglês, de Português. Eu nunca gostei de Matemática, Física, Química... Essa história. E me parecia, então, o lugar do cara que gosta de escrever. Um pouco enganoso isso, mas tem a sua verdade.

E aí eu fiz o vestibular para Comunicação da UFRJ. Eu tinha um bom preparo, sobretudo por causa do Ginásio, desse Roosevelt...

V.A. – Esse Roosevelt era uma escola privada?

C.M. – Era um colégio estadual padrão. Colégio Estadual Presidente Roosevelt. Eu lembro naquela campanha que entrou o Collor, o Covas falava muito dessa escola quando falava dos antigos colégios de qualidade de São Paulo. Era assim, a qualidade de um Pedro II, um negócio assim.

A.P. – Quantos negros havia na sua sala?

C.M. – Eu. Hoje, talvez eu visse uns cinco na escola. O que a gente diz aí, em defesa da ação afirmativa é que mesmo quando havia um ensino público de qualidade, os negros estavam fora desse ensino público de qualidade, como continuam fora de Pedro II, Colégio de Aplicação.

Então, tinha um bom nível, e fiz um mês de Hélio Alonso, ajudado pelo meu querido, já falecido, José Luís Werneck da Silva. Professor de História...

V.A. – Como é que conheceu o José Luís Werneck?

C.M. – Eu fui apresentado. Essa dona Solange, que minha mãe tinha trabalhado, tinha uma amiga chamada Neli Mulan. Era muito amiga e era amiga do Werneck. Então, a Neli me apresentou ao Werneck e disse: “Ele não tem como pagar...” Contou a história e ele, o Werneck, imediatamente me botou no intensivo, que era um mês no Hélio Alonso. Mas ali eu peguei os macetes. Aquela história: eu tinha boa base.

Eu me lembro que quando eu cheguei, cheguei quando ia começar o intensivo. Aqueles caras que tinham estudado o ano inteiro. Uma futura colega, e que depois seria a mulher do Werneck, a Érica, me lembro bem dela. Ela me viu, aí eu perguntei: “Onde é a sala?” Aí depois eu ouço assim por trás: “Se vai agora, é muito corajoso.” Mas eu passei, eram 50 vagas e eu fui o décimo primeiro e aí fiz Comunicação.

V.A. – E esses padrinhos, aqui no Rio, você ficava na casa deles? Quem são esses padrinhos?

C.M. – Ficava na casa deles. Meus padrinhos eram, um operário da construção civil e uma doceira. Minha madrinha era do Rio Grande do Sul, tinha conhecido minha mãe no Rio Grande do Sul, veio para o Rio, se casou com o meu padrinho, que era de São Fidélis. E eram umas pessoas fantásticas, porque nessa condição... Quando eu os conheci, quando eu era criança, eles moravam no morro do Leme, que era outra coisa também. A gente na Urca, minha mãe dizia: “Vai lá visitar o seu padrinho.” Pegava o bonde até um trecho, ia a pé, subia o morro e não tinha problema nenhum. Com sete anos, uma super mãe? Hoje não deixaria, provavelmente, eu ir na esquina.

E eles eram pessoas que de lá conseguiram comprar uma casa. Não, primeiro se mudaram para a Tijuca, ali para... O bairro é Aldeia Campista, entre Tijuca e Vila Isabel. Aquela rua Pereira Nunes. E depois conseguiram comprar um apartamento, pequeno, aqui na rua Riachuelo. Um pessoal batalhador e também muito festeiro, e que gostava de reunir as pessoas na sua casa...

V.A. – Tinham filhos?

C.M. – Não. Não tinham filhos, então era como se eu fosse um filho.

V.A. – E morava lá enquanto estava fazendo Hélio Alonso, tudo, morava lá com eles?

C.M. – Morava lá. E depois quando...

V.A. – E sua mãe em São Paulo, trabalhando...

C.M. – Minha mãe em São Paulo. Mas aí, ela já estava em um outro status. O que aconteceu? Com essa família árabe, quando eu entrei para a Aeronáutica, mudou. Eles nunca tinham sido... Não eram pessoas ruins, não era nada disso, mas tinham mais distância. Essa coisa de eu entrar para a Aeronáutica mexeu com a cabeça deles. Eles não acreditavam, de repente, que eu conseguisse. Mostrou, assim, uma outra visão em relação a nós. Talvez até em relação aos negros em geral, não sei. Mas em relação a nós, com certeza. Aí, minha mãe foi virando assim uma outra coisa, e foi virando... Aquela história: da família, e uma relação com a dona Evelin, que era a dona da casa. Uma relação de muita amizade. Até hoje ela se refere à dona Evelin como *my darling*. [risos]

V.A. – Eles falavam português?

C.M. – Eles já eram todos nascidos. Só a dona Evelin que era do Líbano, mas já falava, criada aqui desde pequena. Mas eu nunca cheguei a gostar da comida, gozado, nunca cheguei a gostar da comida. Até hoje só o que eu gosto é o *homus tahini*, talvez a kafta dá para comer, mas esfiha...

Então nessa época, já aqui no Rio....

V.A. – Vestibular. Passou para a ECO...

C.M. – E passei ao mesmo tempo, pouco depois, no início de 1969, eu passei para a revisão do Jornal do Brasil. Fiz uma provinha. E a revisão do Jornal do Brasil era legal porque era um horário que dava para fazer bem a faculdade. Eu trabalhava lá, comecei a trabalhar de noite, era um horário assim tipo... de oito às duas da manhã, um negócio desse. Depois passei para o horário intermediário tipo, de seis à meia-noite. Depois passei a trabalhar de tarde. Então, era um horário que batia com o negócio da faculdade. Embora não houvesse, curiosamente... A profissão de revisor é considerada como de jornalista, mas não havia nenhum canal que te levasse da revisão à redação. Se você quisesse isso... Depois criaram lá aquele negócio dos cursos, os cursos de jornalismo do Jornal do Brasil. Mas aí, você podia entrar como qualquer outro podia entrar. Inclusive cheguei a entrar, mas depois parei.

E foi nessa época então... Trabalhando no Jornal do Brasil, era na Rio Branco, como voltou, parece que voltou a ser lá, na Rio Branco 110. Então eu passava na Rio

Branco e via revistas nas bancas de jornais, revistas estrangeiras, e havia uma revista que eu já ouvia falar no Rio Grande do Sul. Porque no Rio Grande do Sul era interessante: a conversa sobre raça no Rio Grande do Sul era uma conversa constante. Raça e racismo eram temas das conversas de negros, porque era algo direto, muito presente ali. E falavam dessa revista *Ebony*. E eu passava e via a revista, tinha até alguma curiosidade. Mas é interessante isso: até para comprar a revista a primeira vez, eu tive que romper com alguma coisa. Porque você comprar uma revista de negros tinha um significado de identificação, essa história... Eu passava, via, já tinha um domínio do inglês que já dava para ler. Até que um dia eu comprei. E era final de segunda metade de 1969, então a época que estava aquela coisa do cabelo afro. Não é black power. Agora voltou e continuam falando essa bobagem que é uma coisa do Brasil. Se perguntar a um americano o que é um cabelo black power, ninguém sabe que estória é essa.

V.A. – E de onde surgiu isso aqui no Brasil?

C.M. – Acho que de pobreza de linguagem da nossa imprensa. O nome era afro, ou natural, *natural afro*. E aquilo foi quase um amor à primeira vista. Eu bati o olho e falei: “É isso. É isso que falta.” E eu me lembro como foi o impacto que essa coisa do cabelo teve sobre mim. Primeiro porque eu percebi, inclusive, que eu passei a ser visto de uma outra maneira. Eu nunca vou me esquecer, essa é uma situação muito engraçada: uma vez eu estava no ônibus em pé, e tinha um casal. A menina ficava beijando o cara, mas ficava me olhando. [risos] Nunca tinha acontecido isso antes.

Tinha a estória de ser uma coisa diferente que estava rolando, e tinha o quanto de afirmação que aquilo tinha. Era uma outra visão, era uma outra coisa do negro. É difícil hoje descrever porque essa coisa se diluiu com o tempo, hoje não tem mais esse significado. Mas era muito forte. Então foi esse primeiro contato e o contato não era só o cabelo, você tinha ali os textos que estavam falando das coisas que estavam acontecendo lá. A revista é uma revista voltada para a classe média negra, mas que naquele momento também estava muito mobilizada. Então você tinha lá os artigos, você tinha debates: separação ou integração. E eu conseguia perceber que tinha ali muita coisa, embora muita coisa fosse específica, muitas coisas com as quais eu podia me identificar plenamente com a situação do Brasil. Eu andava, às vezes eu ia para

Madureira, tinha uns amigos em Madureira, e frequentava o Imperial Basquete Clube, que hoje não existe mais. Ali na estrada da Portela. E lá nesse Imperial Basquete Clube tinha um baile que, no domingo, começava as três da tarde e ia até meia-noite, era ótimo. E depois, hoje eu verifico também porque eu saía da Tijuca, de repente, e ia para Madureira? Então, também lá em Madureira, eu me sentia mais à vontade talvez, embora não fosse um ambiente exclusivamente negro, e houvesse jogos dessa coisa racial...

V.A. – Como assim jogos?

C.M. – Eu me lembro, por exemplo, tinha lá: um negro ia tirar uma menina branca para dançar. E era como se todos os negros estivessem observando aquilo para ver o que ia acontecer. Então, se essa menina dançasse com ele, logo em seguida apareceria outro negro para tirá-la para dançar. É misturado, mas tem hierarquia, tem um monte de coisas. Mas de qualquer maneira havia muitos negros e eu ia muito para lá. E o que eu fazia? Eu pegava a *Ebony*, a *Ebony* era um formato da *Life* antiga, aquela revista grande. Agora ela é pequena como todas as outras, mas ela era uma revista grande. Botava aquela pilha de *Ebony* debaixo do braço, ia para lá e ficava mostrando: “Olha aí. Deixa o cabelo assim também. É legal...” E havia quem dissesse: “Não. Isso fica legal em você, não fica em mim...” Mas rapidamente a coisa... É claro, não foi por minha causa: televisão, filmes americanos... Rapidamente aquilo se alastrou, até que em um determinado momento todos os negros usavam afro, independentemente de qualquer coisa. Virou, tal como a boca de sino na época. Todas as calças. Você ia comprar um terno, era um boca de sino.

Eu tendia a ver isso como algo, movimento, essa história... Embora eu visse muita identificação, eu via como algo de fora, algo que os negros brasileiros resistiriam muito a fazer. Não havia o mesmo grau de solidariedade, talvez aquela coisa, por não haver segregação oficial, embora a gente já visse que a segregação existia em algumas situações na prática. Mas aí, no final de 1974 eu fui parar no Renascença. Uma vez eu fui na Mangueira, em um ensaio da Mangueira, e nesse ensaio eu conheci várias pessoas, entre elas tinha um negro americano chamado Jimmy Lee, o nome de era James Samuel Lee, e é uma figura meio controvertida. E foi também quando eu conheci o Filó. E o Filó então fazia no Renascença os bailes, que era a noite do *Shaft*. *Shaft*

então era aquele detetive negro. Foi o primeiro filme a apresentar um negro como detetive particular. Agora teve até uma versão *Shaft* 2000, feito com o Samuel L. Jackson. Claro que essa figura do detetive negro hoje está totalmente incorporada, mas aquele foi o primeiro. Então foi um filme que marcou muito.

A festa do Filó era aos domingos à noite no Renascença, chamada a noite do *Shaft*. E era um negócio emocionante. Hoje você pode ter um vislumbre do que isso é no baile charme, se você for hoje à noite, quinta-feira, no Bola Preta, pode ter um vislumbre disso. Mas era um impacto muito maior porque era também, uma novidade. Então, você chegar em um lugar, no Rio de Janeiro eu reencontrei aquela coisa do Sul: um lugar em que eram, praticamente, todos negros. Aí, poderia haver um ou outro branco, mas era um ambiente, quem dava o tom era, sem dúvida, os negros com os cabelos afro, essa coisa, aquela afirmação de identidade negra, às vezes com coisas africanizadas. E o Filó também fazia uma coisa que era interessante, diferentemente das outras equipes de *soul*, que era, embora não era o único que fazia isso, mas era um dos poucos que fazia isso, ele tinha um trabalho de coisa racial consciente. Então ele passava slides, por exemplo, slides com fotos de famílias negras, de crianças negras. Botava assim palavras como: estude e cresça... Então era um negócio que trazia uma mensagem muito positiva. E as festas, tal como continuam sendo as festas de charme hoje, acho que o charme é que mais preservou o espírito do *soul*, embora você tenha também o hip-hop, tenha o que chamam de *funk* no Rio, todos são os filhotes do *soul*. Mas o charme de uma certa forma preservou mais isso, que é a coisa do ambiente pacífico... No *soul* ainda podia ter até alguma hostilidade em relação a brancos, o que hoje o charme não preservou, no *soul* ainda podia ter dependendo do lugar. Às vezes por puro exibicionismo. Eu lembro de uma festa que houve lá na Portela, Encontro dos Blacks... Que estava lá: “Black 5, White 10.” Era assim. [riso] Acho que a Polícia Federal ficou meio preocupada, os órgãos de informação ficaram meio preocupados. Aliás, houve todo um... Isso causou um choque, quando a sociedade tomou conhecimento disso, graças a uma reportagem que saiu no Jornal do Brasil, que deu o nome ao movimento, chamou de Black Rio. Aparece ali pela primeira vez isso. As pessoas não chamavam assim, chamavam de festa Black, festa de *soul*. E virou a coisa do Black Rio.

E causou um impacto, tanto à direita, quanto à esquerda. Aí é interessante porque se levanta o *establishment* branco. Você via críticas no jornal Movimento. O Movimento chegou a publicar uma matéria idiota, dizendo que o *soul* era a pior forma

de música negra, o *soul*. O *soul* é lindo. Algumas das coisas são maravilhosas, é claro que há um montão de bobagens, mas o melhor do *soul* é uma coisa maravilhosa. Ray Charles é *soul*. Aretha Franklin, a igreja, aquela coisa que vem da igreja que eu vou lá e choro todas as vezes, que é aquilo. E a direita achava que era uma parte da conspiração comunista, que é outra muito interessante. Enquanto os comunistas rejeitavam como algo... Uma expressão do imperialismo americano, a direita via como uma tática utilizada pelo comunismo internacional. Você vai ver isso... Gilberto Freyre tem um artigo que ele publicou no Jornal do Comércio, no livro do Michel Hanchard tem a reprodução desse artigo, no Orfeu e o poder. O artigo do Gilberto Freyre que ele diz que estava havendo uma invasão, estavam trazendo uma coisa dos Estados Unidos. Música melancólica, essa era uma tradução curiosa para *soul*, porque algumas coisas de *soul* podiam ser melancólicas, outras eram revolucionárias.

E o que aconteceu nessa época, o que estava acontecendo nessa época então? E algumas pessoas criticam. Havia até um setor do Movimento Negro também que criticava um grupo... Não era todo mundo que gostava disso.

Eu falei essa coisa agora lá nos Estados Unidos. No início dos anos 1970, enquanto James Brown estava cantando: *Say it loud: I'm black and proud*. “Diga em voz alta: Sou negro e tenho orgulho.” O Salgueiro teve um samba-enredo que era assim: “Ôh, ôh, oh... Que saudade da fazenda do senhor...”

V.A. – É verdade...

C.M. – Não dava para competir... Estava conversando ontem com o Zé Maria: o samba nunca trouxe, mesmo o samba que falava dos heróis negros, do Chico Rei... Nunca foi uma coisa de ir para frente e dizer: sou negro e tenho orgulho... Não. Essa não era a forma a qual os negros tinham sido catequizados a ser.

A.P. - Eu sempre discuto isso com os meus alunos... Acho interessante: um samba de 1989, que foi vitorioso, da Imperatriz Leopoldinense, que apresenta a Isabel como a heroína que assinou a Lei divina...

C.M. – É verdade. Isso está impregnado. Então o *soul* trazia uma outra coisa. Eu falo do *soul* e seus filhotes. O *reggae* é um filhote do *soul*. O Bob Marley era cantor de *soul*. E

é interessante, que eu estava conversando um outro dia com o Vovô do Ilê-Ayê, fundador do Ilê-Ayê, recuperando essa história, porque tem um livro do Antônio Risério, “Carnaval e Ijexá”, embora suas baianidades, que ele tem, que ele não podia evitar. Mas ele tem umas coisas muito interessantes, que ele mostra como o *soul* está ligado ao próprio surgimento dos blocos afro. E o Vovô confirmou: “Nós dançávamos o Brown.” E a coisa do Brown é tão forte que Carlinhos Brown é por causa do James Brown. E aí então, entra uma outra vertente minha que também vai me acompanhar nesse tempo todo. Eu me identifiquei muito, então hoje eu sou visto, sobretudo... Outro dia eu estava fazendo uma palestra para DJs. Então, eu sou visto como um cara do *soul* também. Nessa área eu sou visto como um cara do *soul*, embora eu nunca tivesse sido um DJ, nem produtor das festas, eu fiquei tão associado a isso, que a minha figura ficou identificada assim.

E agora eu tenho feito palestras botando música. Eu fiz isso agora lá nos Estados Unidos, botei Banda Black Rio para mostrar a influência dessas coisas aqui. No final da palestra eu dei uma de DJ. Então essa é uma parte forte da minha identidade. Então, eu sou um cara do Movimento e sou um cara ligado à essa coisa da Black Music.

V.A. – Bom, aí estamos nos bailes do Renascença, levando as revistas...

C.M. – Isso. E aí, em um dia, alguém diz que...

V.A. – Havia essas revistas em vários jornaleiros, ou era um específico?

C.M. – Não. Todos que vendem revistas estrangeiras. Aliás, não são todos, mas... No Centro, aqueles jornaleiros da Rio Branco, você encontrava com muita facilidade. Depois eu comecei a comprar em um cara que é o Osni. Essa banca do Osni é uma banca famosa. O Zé Maria compra na banca do Osni. Mas antes eu comprava...

V.A. – Onde é a banca do Osni?

C.M. – A banca do Osni é na São José, quase esquina com a Rio Branco, e é um cara... Um jornaleiro super informado, ligado... O Zé Maria comprava com ele *Jeune Afrique*, o cara tem esse material bom, mas todo mundo, mais ou menos tinha. E aí, alguém um

dia no Renascença, disse que ia haver uma reunião no... Porque já estava começando a haver pessoas se reunindo nas suas casa para discutir, tinha uma festa, não sei o quê, e as pessoas começavam a falar da questão racial... E alguém disse então, que ia haver uma reunião na Cândido Mandes, em Ipanema, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Era relativo a 13 de maio.

V.A. – Qual o ano?

C.M. – 1974. Maio de 74.

V.A. – Porque o Centro foi fundado em 1973.

C.M. – É. Isso já era maio de 1974. Eu tinha tido uma experiência anterior com aquilo que viria a dar no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, depois eu soube que ia dar. Houve uma espécie de um congresso afro-brasileiro, uma coisa assim, no início dos anos 1970, se eu não me engano, início de 1972, lá na PUC. Isso parece que foi o embrião dessa criação dessa coisa da Cândido Mendes.

V.A. – Na PUC daqui?

C.M. – É. Na PUC do Rio. E esse era um congresso muito... uma coisa que me marcou muito, que se discutia questões religiosas, várias questões ligadas aos negros e a cultura africana e afro-brasileira, e todos os participantes eram brancos, exceto dois africanos. Um deles o Anani Dizdizenyo, que você deve conhecer, pelo menos é de referência, e eu estive com ele agora na Universidade Brown, lá em Providence. Então, um deles era o Anani, um cara de Gana que tinha escrito uma tese de mestrado sobre o Brasil, que o Itamaraty correu a desmentir na Inglaterra. O que, evidentemente, só deu mais publicidade à tese.

Um deles, então, era o Anani. E eu me lembro do Anani dizendo assim, depois de ouvir algumas coisas de brasileiros, negócio de mulata, aquelas coisas que se diziam com a maior tranquilidade. Um padre que fez uma pesquisa sobre Exu nos morros do Rio, depois confessou que não entendeu nada. Aí, o Anani falava: “Vocês brasileiros não gostam de discutir seus problemas.”

O outro africano era um cara chamado Okim, que era de Camarões. Então os únicos negros que estavam não eram brasileiros. Hoje seria impossível realizar um congresso afro-brasileiro assim. Acho que é um sinal de que a gente avançou.

Então houve essa reunião, seria no dia 13 de maio mesmo, se não era 13, era 14, é só verificar lá no ano de 1974, em um sábado. E eu me lembro que cheguei atrasado, o pessoal já tinha saído. Disseram: “Vai ter no outro sábado.” Aí no outro sábado eu cheguei na hora e aí começaram a haver essas reuniões, reuniam 30, 40 pessoas lá na Cândido Mendes em Ipanema, e, de certa uma forma, foi o embrião de tudo o que ia acontecer depois. A gente não tinha muito contato com o que tinha acontecido anteriormente. A gente não tinha contato com o Abdias, não tinha ninguém ali que fosse elo com o Teatro Experimental do Negro, nada disso. Era como se estivéssemos começando do zero, embora não fosse.

Então, tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos. E aquilo... Como é que a gente traduziria aquilo, como é que a gente pegaria as informações interessantes daquilo... Quero dizer: em nenhum momento se imaginou que se pudesse copiar a forma de luta nos Estados Unidos, muito menos na África. E, particularmente na África do Sul, que é mais semelhante com a questão daqui, do que a questão da luta anticolonial. Mas eram referências. Por exemplo: a valorização da História Africana, que era uma coisa que valia lá, valia na África, nos Estados Unidos e também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a coisa da História Afro-Brasileira, adaptar essa ideia e trazer isso para cá. Isso era absolutamente válido e necessário. A valorização de uma estética negra, isso era uma forma que cabia. Certas formas de luta, certas coisas específicas podiam ser trocadas. Inclusive em um movimento que acabou sendo e é agora, não uma coisa de mão-única, mas algo de mão-dupla. Eles estão vindo muito para cá. Os negros norte-americanos, curiosamente, têm vindo muito para cá. Salvador está virando uma espécie de Meca dos negros americanos. Interessante essa história.

Então não é uma coisa subserviente de imitação do estrangeiro. É contato, é troca. E isso a gente começou a fazer naquela época e estava claro para a gente. E então começamos essas reuniões que tinham um caráter até muito catártico. Saía um “pau” imenso, as pessoas discutiam, brigavam, e no final choravam... Eram muito caóticas. Depois a gente começou a dar alguma orientação, algum sentido. Embora também, isso nunca evitasse necessariamente as outras demonstrações, porque afinal, eram pessoas

que pela primeira vez estavam podendo discutir e trazer até seus problemas pessoais, que eram importantes também. Foi lá que eu me lembro que começou a haver também uma reunião separada das mulheres. Então, havia uma reunião geral que começava às quatro, mas as mulheres começavam a delas às duas.

Então, de certa forma, o embrião de tudo que tem acontecido depois. Aí, em 1975, essas reuniões eram lá no Afro-Asiático, em 1975 se resolveu, uma parte das pessoas que frequentavam lá, criaram uma organização chamada SINBA, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Eu fiz parte dessa criação junto com Amauri, Yedo e outras pessoas. Foi na casa de alguém lá em Bonsucesso... E depois criamos o IPCN. Havia algumas linhas de divergência, mas eu nunca cheguei a sair da SINBA, eu não era anti-SINBA. Mas criamos o IPCN, que aí, foi o pessoal do Afro-Asiático junto com artistas. O que estava acontecendo? Havia artistas negros da Globo, o Milton Gonçalves, o Haroldo de Oliveira e outros. A... Como é o nome dela?

V.A. – A Ruth?

C.M. – Não. Ela depois chegou... A mãe da Camila Pitanga... Vera Manhães.

[FINAL DA FITA 1 – B]

V.A. – Estávamos na criação do IPCN. Artistas...

C.M. – Artistas da Globo que estavam protestando, Milton...

V.A. – Vera Manhães...

C.M. – O Haroldo de Oliveira. A Vera Manhães era uma candidata a fazer o papel de Gabriela e a Globo colocou a Sônia Braga. E eu me lembro até de uma vez ter ido lá com o Milton, porque o Milton queria me apresentar até para eu ser locutor, seria interessante. Aí eu fui uma, duas vezes, não encontrei a pessoa e desisti. Não era também tanta vocação. Mas eu me lembro de chegar lá com o Milton e ver a Sônia Braga sendo maquiada dos pés a cabeça para virar aquele personagem da Gabriela. E a Vera Manhães não precisava, a Vera Manhães era uma mulher belíssima. A Camila é

bonita? É, mas não virou Vera Manhãs. Vera Manhãs era muito mais bonita. Então, esses artistas que vinham com essa reivindicação e mais o pessoal do Afro-Asiático, e que juntava também o pessoal que era da SINBA, todo mundo fundou... E se fundou então o IPCN.

O IPCN também teve, logo em seguida à sua fundação, teve uma influência na fundação do Quilombo, da Escola de Samba. Várias pessoas que eram da diretoria do IPCN, foram também fundadores do Quilombo. Embora fosse um negócio cheio de... O meio do samba é um negócio complicado. Eu me lembro de ter visto, depois que o Candeia morreu, a mulher do Candeia falando disso: “Ah, mas aquele pessoal do IPCN que é racista.” Porque naquela época, você falar muito de negro... E uma coisa que os negros tinham que fazer... Então isso era... Na Quilombo tinha lá os brancos do Samba. Então havia um atrito: O IPCN, na época, essa coisa era muito “coisa que os negros tinham que fazer...” O que é meio incompreensível, não só para a época, continua sendo agora.

Mas, enfim, se fundou em 1975 e uma das primeiras atividades que o IPCN fez, foi passar um audiovisual que eu produzi, intitulado *Passado Africano*, que era sobre os impérios africanos do Sudão Ocidental. Acho que deve estar aí?

V. A. – Não. Porque aqui tem o Brasil em Durban, que aí já é de agora, em vídeo. E o do *Gorée*...

C.M. – *Gorée, o memorial da esperança*, que são ambos vídeos.

V.A. – Agora, esse do passado africano não está aqui não.

C.M. – O *Passado Africano* é um audiovisual, de slides e gravação. Textos gravados... Que era sobre os impérios...

V.A. – Que o IPCN que produziu?

C.M. – Na verdade foi eu que fiz e, como era de diretoria do IPCN, então virou uma coisa do IPCN. Era importante falar da instituição.

V.A. – Tem ainda esse audiovisual?

C.M. – Não. Eu emprestei para alguém de uma favela, que ia passar... Nunca mais me devolveu. Era interessante porque era essa história: puxar a coisa do passado... Isso foi muito em cima de um material, coisas que eu recebi dos Estados Unidos. Reino de Gana, Império de Mali e Songai... E era um negócio que eu passei em muitos lugares. Era para puxar... Vinha com a História e puxava... O Paulo Roberto dos Santos diz que eu fazia... Ele chamava minha palestra de “Da melanina ao século XXI”. Porque eu vinha desde a coisa do surgimento da humanidade, o fato de a humanidade ter surgido na África, dos primeiros homens, seres humanos, precisarem da melanina como proteção contra os raios de sol, por causa do grau de insolação daquela região... Como é que as outras chamadas raças aparecem, o processo da síntese da vitamina D... Eu vinha dessa história toda até discutir questões atuais. Então eu usava o audiovisual como um chamariz. Era bem feito, tinha uma música bonita, e funcionou bem durante bastante tempo. E de repente eu descobri também, duas coisas...

V.A. – Isso foi quando? Desculpa.

C.M. – 1975. Então nós passamos esse audiovisual já em julho de 1975 na cinemateca do MAM. E foi a minha estreia. A sua foi naquele dia, a minha foi mais barra pesada, porque isso saiu no Caderno B do Jornal do Brasil, encheu...

V.A. – Você ainda era revisor do JB, não?

C.M. – Não. Aí eu já era redator, porque depois que eu saí da revisão do Jornal do Brasil, eu fui trabalhar como redator de *house organ*, essa coisa de jornalismo mais ligado à área empresarial. *House organ* você sabe o que são? Revistas das empresas, jornais de empresas, era isso. Essa época eu acho que estava nessa atividade.

O que me ajudou muito no audiovisual... Eu trabalhei com isso, e depois, em 1975, eu estava trabalhando em uma gravadora chamada Tape-Spot, uma gravadora que fazia *jingles* e *spots*. *Spot* é aquele comercial que é só falado e o *jingle* é o que tem música. Então, eu fazia textos para *spots* e letras de músicas para *jingles* também. Era uma gravadora que os donos eram o Maestro Cipó, o Jorge Abicalil, que é um cara de

publicidade espertíssimo e a Zezé Gonzaga, aquela cantora que ainda é viva. E foi uma experiência muito interessante. E lá eu tinha um ambiente muito propício, a gente não tinha muito trabalho. Às vezes pegava em um dia e fazia dez jingles, porque eles tinham lá muitos registros, muitas fitas, coisa gravada que se adaptava. Uma coisa que tinha feito para o Norte, fazia para o Sul, mudava a letra... Mas às vezes passava o dia sem fazer nada. E tinha lá todo o equipamento de slides, essa história...

V.A. – Por isso que foi feito o audiovisual?

C.M. – Eu pude fazer o audiovisual, gravar em estúdio, botar as músicas em estúdio, com os técnicos, uns caras legais que curtiam fazer a coisa comigo. Então foi um pouco por causa disso.

V.A. – Mas aí tinha saído uma notinha no Caderno B...

C.M. – Aí encheu a cinemateca do MAM.

V.A. – Como é que conseguiu, você tinha contatos no JB?

C.M. – Não. Alguém avisou. Era fácil, uma programação cultural, passar um audiovisual, a cinemateca do MAM tem mídia. Talvez a própria cinemateca.

V.A. – Como é que foi o contato com a cinemateca?

C.M. – Excelente.

V.A. – Não. Como é que conseguiram?

C.M. – Eu não me lembro quem fez. Não fui eu. Não sei se foi o Milton... Foi o Milton. O Milton Gonçalves estava muito... Inclusive participou desse debate. Então, terminou... A cinemateca estava apinhada de gente. Quando terminou: “Então, agora vamos falar sobre o trabalho...” Eu que ia falar. Umas 300 pessoas... E tinha que... eu não ia chegar lá e gaguejar. E eu sou um cara tímido, mas eu tenho – isso é um negócio meio

paradoxal – eu tenho facilidade de fazer isso. E aí fui. Comecei e descobri uma outra veia. Eu passei a ser um palestrante independente, porque eu não tenho... o que eu acho? As instituições são importantes, mas eu não tenho a menor disposição daquelas brigas internas, de ficar brigando... não tenho a menor. Então eu percebi que isso eu podia fazer sozinho e contribuir, e colaborar com todas. Qualquer instituição me chamava, eu me lembro de pegar ônibus para fazer uma palestra lá em – claro que era mais tranquilo fazer isso – em Acari, em uma escola do lado de um riacho fedorento, do mesmo jeito que ia à PUC, em qualquer lugar.

V.A. – Sempre com seu audiovisual...

C.M. – Sempre com o audiovisual, e depois, até que sumiram com o áudio visual, não precisava mais do audiovisual também. De uma certa forma, já estava seguro para fazer aquilo sem... até falar daquilo, falar de outras coisas. Então foi mais ou menos assim.

Foi em função... Aí tem essa parceria também com o Filó. Então o Filó, nessa época, montou uma empresa de vídeo chamada Cor da Pele. Era algo que nunca foi muito bem profissional, mas que a gente curtia muito, curtia. E fazíamos o quê? Saímos registrando as coisas. Saímos registrando a visita de Desmond Tuto ao Brasil, como íamos a um baile Charme lá no subúrbio... E com aquilo, eu fui pegando alguma coisa com o vídeo. Treinando aquela coisa, fazendo, descobrindo como é que era. E acabou que em 1987 surgiu uma oportunidade. Ia haver um encontro em Dacar, no Senegal, sobre um festival que tinha havido no Senegal nos anos 1960, na Nigéria nos anos 1970, que era o tal do FESPAC, Festival Pan-Africano das Artes e das Culturas. Ia acontecer no Senegal, iam fazer uma reunião, e acabamos entrando nessa estória indo fazer um vídeo lá no Senegal. O vídeo acabou sendo resultado dessa viagem em 1987 e de uma outra em 89, já aí para essa questão do memorial de Gorée. O Festival nunca aconteceu. Houve essas reuniões preparatórias e nunca aconteceu. E em 1989 nós fomos em função da coisa do memorial de Gorée. Gorée é uma ilha que fica em frente a Dacar, você atravessa de barca, e nessa ilha funcionou um entreposto de escravos, e todo um movimento, ilha tombada pela UNESCO... Nós aproveitamos para fazer sobre o Senegal, sobre isso, juntamos com imagens da viagem anterior, e deu um vídeo que eu acho muito bonito, que é esse *Gorée, o memorial da esperança*.

V.A. – Esse foi em 1987?

C.M. – Acabamos em 1989. Esse também exibimos em muita coisa. Esse vídeo acaba tendo a ver também com essa minha parceria com o Abdias. Porque em 1989 mesmo, eu fui – eu já tinha ido em 1988 à Serra da Barriga, e fui convidado também em 89, no 20 de novembro. O que aconteceu? Lá tinha uma organização, a organização sempre com dificuldades de fundos, e havia lá um grupo de negros americanos que estavam visitando – esse negócio já vem de um tempão. Isso é interessante. Eu tenho umas novidades sobre isso também.

V.A. – Em 1988 você foi à Serra da Barriga...

C.M. – E em 89 também. Em 88 com a coisa do centenário da Abolição... Em 89 me convidaram de novo, estava lá o Abdias, o Paulo Roberto também foi, Jacques d'Adesky... Então, com o problema de fundos da organização lá do evento, e resolveram: “Vamos passar uma sacolinha e pedir para os americanos...” Eu falei: “Não. Podemos fazer uma outra coisa. Eu trouxe um vídeo. Então a gente faz uma sessão de vídeo, aí cobra pela sessão de vídeo, porque aí vai quem quiser, essa estória toda... E nós vamos estar oferecendo alguma coisa. É um negócio humilhante você chegar ali e pedir.” E aí fizemos, passamos o vídeo e o Abdias estava lá. Então acho que foi a primeira vez que ele viu alguma coisa que eu tinha feito, e acho que ele achou legal. Tanto que no outro ano, então veio a – isso foi em 1989 ou 90, pode ter sido 90 – porque no outro ano veio a criação da Secretaria da SEDEPROM e ele me convidou então para trabalhar com ele. Então foi o início da nossa colaboração.

V.A. – Quer dizer que você o conheceu mais em 88, 89, ou já tinha...

C.M. – Não. Já tinha algum contato. Já tinha contato com ele desde os anos 1970, porque uma das atividades do IPCN, acho que foi em 1976 mesmo, ou mesmo em 1975. 75 ainda ele veio aqui e fez uma palestra, o IPCN promoveu uma palestra no Teatro Fonte da Saudade. Essa coisa dos teatros era por causa dos artistas. Eles tinham o contato, então tinha lá o Teresa Raquel, tinha lá o Teatro Opinião, então a gente se

reunia antes de conseguir a sede lá na Mem de Sá, que é algo que eu também tenho uma participação aí grande.

O IPCN se reunia lá nos teatros, essa história, depois se reuniu durante um ano no Brasil-Alemanha, no ICBA². O que aconteceu? Esse americano, esse Jimi Lee um dia me levou à Fundação Ford, e a Fundação Ford não trabalhava com questão racial. E o cara da Fundação Ford era um sujeito chamado Bruce, que depois morreu de AIDS. Era diretor de programas, alguma coisa assim. A Ford não trabalhava com questão racial, mas ele me disse que haveria outras organizações nos Estados Unidos que poderiam se interessar. Meses depois eles me chamam, porque estava aqui um cara da Fundação Interamericana, Interamerican Foundation, que estava interessado, e foi apresentado, então, o projeto a ele de compra dessa sede, compra e equipamento dessa sede na Mem de Sá. Um projeto de 82 mil dólares. Por causa desse projeto a Fundação Interamericana teve que sair do Brasil, porque isso caiu na mão do Geisel. Eles fizeram um folheto, eles deram dinheiro para o IPCN, a Quilombo e ao Grupo Olorum Babamim, e depois fizeram um folheto no final e falavam da questão de raça no Brasil. Isso caiu na mão do Geisel, o Geisel chamou os caras, para eles ficarem aqui eles teriam que submeter os projetos à aprovação do governo. Eles não aceitaram, saíram do Brasil e só voltaram lá para o final dos anos 1980, essa fundação.

De qualquer maneira, com esse dinheiro se comprou a sede. E é interessante porque, antes da compra da sede... O IPCN nunca foi tão vibrante quanto no período em que se reunia no ICBA. Era um negócio impressionante, era forte, era uma coisa muito forte. No primeiro aniversário do IPCN nós ainda não tínhamos a sede em 1976 e fizemos uma... Não foi uma cerimônia. Comemoramos o aniversário no MAM, na cinemateca do MAM, passando um filme chamado *Wattstax*, esse filme eu consegui comprar de novo no Harlem ano passado. Watts é o bairro negro de Los Angeles, Stax é uma gravadora que gravava Isaac Hayes, uma série de caras. E eles fizeram uma espécie de festival no Los Angeles Coliseum, que é o Coliseu de Los Angeles, onde depois seria a Olimpíada de Los Angeles em 1984, mais de dez anos depois.

Então é uma espécie de festival com música negra apresentado pelo pastor Jesse Jackson, naquela época com um cabelo desse tamanho. E que era um negócio tão sensacional desse ponto de vista de identidade, que teve gente que viu mais de vinte vezes. Então agora a gente passou, toda a última sexta-feira do mês tem uma coisa

² Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

Black ali na Álvaro Alvim. As pessoas levam equipamento de som, toda a última sexta-feira do mês. É interessante: enche, nunca há briga, nunca há problema nenhum. Entra muito *soul*, mas entram outras coisas também. A gente passou ali outro dia e teve gente que chorou. Então é um filme... E isso está na reportagem da Lena Frias sobre o Black Rio. Ela fala dessa sessão. A cinemateca do MAM já tinha passado esse filme. O filme já tinha passado em tudo quanto era lugar. Nós falamos: “Vamos fazer duas sessões.” Os caras: “Não precisa.” Quando eles viram o público... Porque o que a gente fez? Divulgou nos bailes de *soul*. Apareceram mais de duas mil pessoas. Eles tiveram que fazer outra sessão, programar imediatamente outra sessão, porque viram o que tinha ficado do lado de fora.

V.A. – Aquela cinemateca também é mínima.

C.M. – Pequena, mínima. Mas eles deixaram entrar de ficar apinhado, gente sentada no chão, pegar 500 em cada sessão. Foi muito forte.

V.A. – Isso foi a festa de um ano do IPCN em 1976?

C.M. – Um ano do IPCN em 76. Então isso dá para você localizar que foi a época em que saiu essa reportagem da Lena Frias intitulada “Black Rio” no Jornal do Brasil, que alertou para o fenômeno que estava acontecendo além-túnel. Porque além-túnel as coisas não acontecem. Mas esse aí assustou.

Aí já estamos na década de 1990, esse foi um parêntese...

V.A. – Me deixa só fazer uma pergunta aqui. Você chegou a participar, em 1978, da criação do MNU, daquele ato público lá no Teatro Municipal de São Paulo?

C.M. – Curiosamente eu estava lá. O que aconteceu? A Beatriz Nascimento me convidou para, talvez percebendo aí essa coisa, talvez dando um toque, que eu podia ter captado isso antes, de como eu poderia também entrar pelo lado acadêmico. Ela me convidou para participar da SBPC, Encontro da SBPC em julho de 1978 em São Paulo. Então, por causa disso eu estava em São Paulo no dia do ato e fui, estive lá na frente do Teatro Municipal, mas eu não participei da criação do MNU. Mas eu estive presente a

esse ato. Que é um negócio interessante, ali, aquela coisa, um monte de caminhonetes e uns caras de terno lá do outro lado.

V.A. – Como assim? Não entendi.

C.M. – Tinha a coisa acontecendo aqui, aquelas palavras de ordem, os negros em frente ao Teatro Municipal e do outro lado um monte de caminhonetes e homens de terno observando.

V.A. – Da polícia?

C.M. – Sem dúvida.

V.A. – Porque as pessoas que nos falaram sobre esse evento, disseram que teria havido, talvez, um possível enfrentamento com a polícia, quero dizer, poderia ter havido, mas que não houve, acabou não havendo.

C.M. – A polícia estava lá. Eu não vi nenhuma... Eles não se aproximaram. Claro que devia ter alguém ali no meio, mas ostensivamente eles ficaram do outro lado.

V.A. – A minha pergunta volta ao Geisel. Você falou que o Geisel convidou a Interamerican Foundation a se retirar, ou se ela ficasse tinha que se submeter ao governo. A pergunta é sobre a relação entre o Movimento Negro e os órgãos de repressão, se houve repressão durante o Regime Militar possivelmente ao Movimento Negro ou não? Porque há divergências quanto a isso, e um dos momentos emblemáticos teria sido esse do Teatro Municipal lá em São Paulo, que poderia ter havido um enfrentamento, mas não houve. Porque a polícia...

C.M. – Minha análise era naquela época e continua sendo exatamente a mesma. O quê? Enfrentar, bater de frente com o Movimento Negro, seria legitimá-lo. Se você legitima o Movimento Negro, você pode causar – na visão dos órgãos de segurança – você pode causar um estrago muito maior. Você prender alguém porque está fazendo ativismo negro no Brasil, ainda mais naquela época, ia sair... Primeiro, a tal da imagem do Brasil.

A democracia racial, pilar... A democracia racial é pilar de sustentação da identidade nacional brasileira. Então, o que acontece? Você mostra que isso está furado, você está mexendo com uma coisa extremamente séria. Então, na minha visão, o que eles estavam fazendo? Eles estavam acompanhando. Eles estavam lá dentro e procurando atrapalhar. A sede do IPCN foi invadida mais de 500 vezes. Roubavam documentos, máquinas de escrever... Eu não acho que fosse por acaso e não acho que fosse ladrão. Porque que ladrão ia escolher uma sede de uma instituição pobre até? Eu vejo isso como uma forma de controlar e de atrapalhar, sem atacar diretamente.

Agora, o pessoal – e isso é curioso – o pessoal que fala de ter sido chamado, de ter sido interrogado e pressionado, é o pessoal do *soul*. Filó fala disso, e outros caras que tinham equipes de *soul* falam que receberam pressão para parar com aquilo, ou manear. O Filó fala disso: “Os homens me chamaram, mandaram eu diminuir o cabelo...” [riso] “E o que eu estava fazendo, onde eu recebia dinheiro...” Havia a idéia de que havia um dinheiro da... variações do ouro de Moscou. Era dinheiro da CIA, era dinheiro de não sei o quê... Esse dinheiro da Fundação Interamericana gerou um monte de especulações...

Então eu creio que a postura do regime foi acompanhar. Tanto que acompanhar, eles estavam acompanhando. E aí tem a menina lá a Raquel, que está fazendo, aliás, foi ela que descobriu essa história desse papel, esse negócio do arquivo público de Barbacena. Porque ela foi fazer uma pesquisa sobre Movimento Negro no Arquivo Público, aí ela pegou o meu nome, e aí o meu nome acabou pegando... Atirou de um lado e acertou... e me deu uma coisa valiosíssima. Mas a pesquisa era sobre o Movimento Negro. Então eles estavam acompanhando, evidentemente estavam acompanhando. Agora, a relação custo-benefício de atacar de frente o Movimento Negro...

V.A. – Qual o sobrenome dela, Raquel de? Ela está fazendo a pesquisa onde?

C.M. – Você pega a referência dela no Afro-Asiático, na Cândido Mendes. O trabalho dela é uma comparação de Ângela Davis com Lélia Gonzáles. Pegando duas mulheres de Movimento Negro... Essa história assim. Eu sei que ela me entrevistou e depois me ligou um dia dizendo que tinha visto essa coisa lá no Arquivo Público. Então, estavam acompanhando. Agora, eu tinha certeza disso, não vale a pena para eles, primeiro

porque nós não ameaçamos, a gente não tem armas, eles sabem que a gente é fraco. Então vão bater, e no que eles baterem eles perdem mais. Eles podem disseminar essa história pelo Brasil inteiro de uma forma muito mais forte, criar heróis. Então eles tiveram muito cuidado, mas acompanharam com certeza.

V.A. – E essa iniciativa do governo Geisel, seria o quê? Para não financiar esse movimento?

C.M. – Claro. Não financiar esse movimento. Eles queriam...

V.A. – Eles não quiseram bater de frente, mas também quiseram dificultar.

C.M. – Isso também é consistente, essa história. Chegaram com a Fundação: “Então vocês têm que se submeter ao governo.” É claro que o governo não aceitaria coisas como o Movimento Negro. Faz parte da tradição brasileira evitar esse conflito direto, evitar a questão racial. Tentar “desracializar” a questão racial.

A.P. – Essa análise você estende à Marcha de 1988 aqui no Rio?

C.M. – Não. O que acontece é que na Marcha de 1988, aí eles tiveram algum medo. Eles tiveram medo de que houvesse algum tipo de manifestação que... Aí faz parte daquela paranoia. Ah, houve algumas declarações do Frei Davi em relação a Caxias... Não foi difícil eles acreditarem que pudesse haver, e eu também não garanto que não houvesse alguma manifestação ali contra o grande patrono do Exército brasileiro. Então foi isso. E aconteceu exatamente o que eu falei: tiro que sai pela culatra. Foi primeira página... Você tinha ali cinco mil pessoas: É, foi um grupo. Mas não é nada assim tão espetacular. Mas foi primeira página no Brasil e fora do Brasil. Eles fizeram aquilo. Deram divulgação. Gostaria que eles fizessem isso o tempo todo. Deram divulgação.

Naquele mesmo ano, naquele mesmo instante, o que estava acontecendo? Eu fui chamado para participar de uma gravação...

V.A. – Qual ano?

C.M. – 1988. Eu ia participar de uma gravação na Embratel. Nós íamos gravar alguma coisa que seria transmitido, tinha lá o Joel Rufino, alguns intelectuais negros... Ia se fazer alguma coisa que seria transmitida, não sei se pela TVE, uma história: negros falando a respeito do centenário... De repente, quando a gente já estava lá, chegamos a Embratel, nós chegamos lá, tinha vindo uma ordem para não fazer. Era o governo Sarney, mas o Sarney ainda tinha... Ainda era indireto, presidente indireto, eleito de forma indireta. Então ainda tinha uma pressão lá, dentro dessa mesma coisa, algo que não apareceu, que ninguém viu. Mas proibiram.

V.A. – Bom, no seu currículo está dizendo aqui que desde de 1990, quando você descobriu essa sua verve de palestrante e difusor da causa negra, digamos assim... Então está escrito que desde 1990, você tem feito palestras em prol da ação afirmativa. E você se tornou um especialista disso. A gente queria beber dessa sabedoria também, porque eu acho que você é uma pessoa emblemática, que já em 1990, quando isso ainda estava, talvez...

A.P. – Gerando conflitos dentro do próprio Movimento Negro...

C.M. – É. Nós tivemos uma audiência pública agora, que veio uma representante lá da SEPPIR, aqui com a Jurema Batista. Aliás, duas pessoas que tivemos uma relação que evoluiu de uma forma muito positiva, foram tanto o Ivanir, quanto a Jurema. A Jurema agora diz também – muitas vezes ela fala disso – de quando ela era uma aluna da Santa Úrsula, e que ela assistiu uma palestra minha, e que ela tinha dificuldades com ser negra... Ela se converteu com aquela palestra. E outro é o Ivanir, que diz, ele fala sempre: “Eu era contra. Medeiros e eu, a gente saía na porrada!” Um dia a gente quase saiu no tapa ali na Lapa, discutindo a respeito dessa questão.

V.A. – Da ação afirmativa...

C.M. – Da ação afirmativa. E ele hoje com muita... Isso é uma coisa de grandeza, você reconhecer que foi para a posição do outro. E ele diz: “Eu fui, eu percebi que isso era uma coisa boa, que era positiva, que ganhava com isso.” Embora possa não ser o fim do processo. Não é a finalidade fazer ação afirmativa, ela é um meio. Então a gente foi

fazendo esse trabalho, meio de catequese, dentro do movimento e fora. Em 1992, por exemplo, e isso eu me lembro bem, já trabalhando na secretaria, nós fizemos uma ação conjunta com a CONE. CONE era a Coordenadoria do Negro da prefeitura de São Paulo. E o coordenador lá era o Hédio Silva Júnior, que hoje também é uma figura aí...

A.P. – Está listado também para a gente tentar entrevistar.

C.M. – Vai ser também uma entrevista muito rica, com certeza. Então nós fizemos um seminário, juntamos o pessoal do Rio, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Então fizemos uma atividade preliminar no Rio, uma outra em Porto Alegre e finalmente um seminário, que era o “Políticas Públicas e Ação Afirmativa”. Isso em 1992. Realizado lá em São Paulo.

V.A. – Na prefeitura, não?

C.M. – Exatamente onde, eu não me lembro. O Hédio com certeza vai recuperar isso. Mas foi um ato da prefeitura. Tem lá uma foto minha junto com a Erundina. Quer dizer, então a gente já estava discutindo, porque, é interessante, que adversários dizem: “Essa é uma questão que não está discutida...” Nós estamos puxando a discussão há um montão de tempo, é que muita gente não queria discutir. E outros parecem que levantam essa questão da falta de discussão para ficar discutindo eternamente e não se chegar a lugar nenhum. Então eu acho que temos aí um certo acúmulo em relação a isso.

V.A. – Eu queria saber como é que você começou a se converter, se autoconverter para essa direção?

C.M. – Eu não tenho um marco para isso. É leitura, contato com o pessoal de fora e a visão de que isso era uma coisa aplicável aqui, e que teria um efeito positivo.

A.P. – Eu acho que é pertinente a gente tentar entender, você falar para a gente, como se dá esse contato com os americanos. Quando você vai a primeira vez aos Estados Unidos?

C.M. – Isso sempre... de início o meu contato era...

[FINAL DA FITA 2 – A]

C.M. – ...Sempre tive facilidade nessa coisa, tenho muita facilidade. Facilidade que me... Desculpe o pleonasma: facilidade que facilita a minha vida lá, por exemplo. Eu lá, os caras acham que eu sou americano. Aliás, esse negócio da identidade é interessante, porque eu fui... Então do Rio vou para São Paulo. Em São Paulo meu primeiro apelido foi Baiano. O que significa baiano em São Paulo? É meio como o paraíba no Rio. Baiano é o nordestino. O apelido do Lula é Baiano. E o Lula não tem nada parecido comigo.

Só que o Antônio Sergio Guimarães puxa bem esse negócio. O que era essa categoria “baiano” em São Paulo? Primeiro, no Rio o baiano não é paraíba. O baiano não é enquadrado como nordestino, porque o baiano é muito parecido com o carioca fisicamente, o tipo... Por exemplo: O Júnior Baiano. O Júnior Baiano, ninguém vai olhar para a cara dele e achar que ele não é daqui. Então em São Paulo, ele diz que essa categoria “baiano”, de uma certa forma, significava o não-branco. Podia pegar o cara do Rio para cima, o cara de Minas, aqueles mulatos... Isso era o baiano em São Paulo.

Aí eu vou para a Bahia, já nos anos 1980, a primeira vez. Aí, estou no ponto do ônibus, chega um casal de idosos, aí puxaram um papo comigo e foi, foi... Daqui a pouco: “Espera aí. Você não é baiano. Nós jurávamos que você era baiano.” Então eu percebi que eu era baiano, podia ser baiano também pela visão baiana, que era a visão diferente da de São Paulo. Com certeza não era a visão pejorativa.

Aí eu vou para o Senegal. No Senegal me disseram que eu parecia um egípcio. Outra categoria. Vou para os Estados Unidos. Nos Estados Unidos eu sou um afro-americano. E aí eu me lembro de uma situação muito semelhante a do ponto do ônibus na Bahia: estou no ônibus, uma mulher negra, gorda, aquele tipo cantora de Gospel – lá tem um negócio muito de obesidade. Aí chegou, sentou do meu lado e começou a bater papo. E naquele dia eu estava inspirado. Esse negócio de língua tem a ver também com inspiração. Aí eu estava... Até que eu falei uma coisa, eu falei: “*Network.*” E ela falou: “O quê? *What?*” Eu falei: “Ah, *network.*” Ela falou: “*Wait a minute. You are not american. It’s amazing!*” Quase as mesmas palavras dos baianos: “Você não é americano. Que surpresa.” Mas eu também descobri que podia ser etíope, porque

etíopes já vieram para mim lá e disseram: “*Are you ethiopian? Você é etíope?*” Então eu posso ser etíope na visão do etíope. E na África do Sul eu descobri que eu podia ser indiano também, porque indianos disseram que eu podia ser indiano e em Londres disseram a mesma coisa.

Bom, aí me puxa para o que eu chamei de “arbitrariedade do signo racial”. Então, você não é o que você é. Não é pela sua aparência, nem pela sua origem. Mas como a sua origem e a sua aparência são lidas pelas pessoas daquelas sociedades, em função da história daquela sociedade. Categorias raciais são historicamente construídas, e os critérios para a construção variam de uma sociedade para outra. Isso é uma formulação teórica mais sofisticada para um negócio que eu vivi e tenho vivido. Porque esse negócio de indiano foi em 2001. Então a última identidade possível... mas devem ter outras por aí.

Mas eu estava puxando essa coisa por quê?

A.P. – Como você se converte às ações afirmativas e como se dá esse contato...

C.M. – Eu falo o seguinte: um cara que eu acho que ajuda a gente a entender essa história de identidade... Agora eu também tenho a honra de ser tradutor dele, um cara chamado Zygmunt Bauman. Eu traduzi o último livro, que vai ser publicado, que é *Liquid Love*, Amor Líquido, pela Jorge Zahar. E agora estou traduzindo a autobiografia da mulher dele Janina Bauman. E o Bauman dá uma chave muito boa dessa coisa dessas identidades contemporâneas, puxando para a questão de coisas que estão ligadas ao que ele chama – agora ele não está mais chamando de pós-modernidade, porque quando ele fala de pós-modernidade acham que ele é um pós-moderno, e não é nada disso – então ele está chamando de “modernidade líquida”. Mas o quê? Isso está ligado à globalização, para resumir, no sentido positivo da globalização. A facilidade de comunicação e de transporte. E esses movimentos sociais contemporâneos: movimento ecológico, movimento de mulheres, de homossexuais, movimento negro... Todos esses são movimentos internacionais, que são possibilitados porque eu posso te mandar um e-mail, trocar uma agenda com alguém de outro lugar, receber informações, passar informações, ir lá. O barateamento das passagens aéreas, isso era um negócio... A popularização, de uma certa forma, da viagem aérea, que era um negócio de rico,

antigamente. Quando eu era criança, quem ia para o exterior era rico. Não tinha Disneylândia, não era classe média.

Então, isso, claro que deu uma facilidade muito grande de a gente trocar, incorporar, e transmitir também. Então, ação afirmativa veio surgindo, eu não posso dizer exatamente quando, mas eu digo que nos anos 1980 a gente já falava disso, e foi uma coisa que foi amadurecendo. No início dos anos 1990 já havia muita gente preocupada, ou havia algumas pessoas, um número significativo preocupado com isso. Mas eu não sei quando é que começou a entrar na minha cabeça. Agora, 1992, com certeza, a gente já estava trabalhando para isso. E o que é interessante também, outro dia eu estava assistindo uma palestra do Ivair Augusto Alves dos Santos, que acho que é outro que também deve estar na lista de vocês.

A.P. – Também está listado.

C.M. – E o Ivair falava do quanto, isso ainda era no governo Fernando Henrique, ele dizia de como algumas iniciativas que o governo federal estava tomando, e todo mundo reconhece isso, que pode ter todas as críticas possíveis, mas que o governo Fernando Henrique foi o primeiro governo federal no Brasil a adotar uma série de coisas. E ele falava o quanto isso era um resultado de algo que vinha sendo desenvolvido desde o governo Franco Montoro. Porque um número muito grande de quadros do governo Fernando Henrique veio do governo Franco Montoro em 1983 em São Paulo. E lá já estava o Hélio Santos, lá já estava Hédio, lá já estava esse pessoal todo cutucando. Então é um resultado de um trabalho. As coisas não vêm do nada, é um resultado de um trabalho. Esse pessoal também estava pensando nessas estratégias. Então, quando eu falei do Hédio, falei do Hélio Santos, é um cara que já vem pensando nisso desde essa época. Ivair, outro que já vem pensando isso desde essa época. Essas pessoas estão disseminando esse negócio. É Sueli Carneiro. Então em 1991 eu participei de uma delegação que foi chefiada pela, então, deputada federal Benedita da Silva. Então, Sueli Carneiro, Cida Bento, todos entrevistáveis aí, Januário Garcia, Filó, Luísa Bairos... mais alguém? Creio que não. Fomos exatamente conhecer organizações, tanto organizações afro-americanas, como organizações de Direitos Civis e Direitos Humanos nos Estados Unidos. Não só organizações negras.

V.A. – Com financiamento de quem?

C.M. – Da Ford. Mas interessante é que não tinha nenhum foco sobre ação afirmativa, mas a gente pegou uma série de experiências, uma série de coisas que eram feitas lá. Não me lembro de nada muito específico em relação a isso. Mas a gente já estava trocando. Depois, em 1994 eu fui sozinho. O que aconteceu? Eu fui selecionado para participar de um programa na Universidade de Cornell, um programa do *Africans Studies*, que é um departamento que foi criado por negros que tomaram a Universidade com armas, tem a foto lá, em 1968, e obrigaram... Isso aconteceu em várias universidades americanas. Hoje cada uma delas, Yale tem, Harvard tem, a coisa do *Africans Studies*. E alguns expoentes como o Henry Luis Gates, altas figuras no meio acadêmico americano.

Esse ano eu fui sozinho. Então era um curso, na verdade, era um negócio de formação de rede. Tinha africanos, americanos e o pessoal da América Central e do Caribe também. E um cubano inclusive. Isso em 1994, e depois eu fui outras vezes por outros motivos. Cheguei a ir porque tinha um amigo, um cara que também é ligado a coisa do Movimento, que é um marchand e queria levar um pintor para participar de um festival de rua, *African and American Street Festival* em Atlanta, e ele não sabia falar inglês, aí ele me levou. Então fui até por razões assim. Fui depois trabalhando já no Ministério dos Esportes, eu não sei se eu coloquei isso aí, fui para a Paraolimpíada de 1996, voltei também em 98 para um reencontro desse grupo de lá em Ithaca, na Cornell em 98. Depois em 99 fui em duas delegações com a Benedita, também em 99 e 2000, fui também para fazer um projeto que a gente tinha de juntar empresários afro-brasileiros e afro-americanos, que agora está até, de uma certa forma, sendo concretizado em São Paulo. Um outro cara que valia a pena falar é o César Nascimento, sobrinho do Abdias, e que é um empresário. Eles estão realizando hoje em São Paulo, terminando hoje um encontro. Ele trouxe uns dez deputados afro-americanos, deputados federais, e grandes empresas, nessa linha da diversidade. O que é? Uma série muito grande de empresas americanas e de grandes corporações adota essa visão da diversidade, que é interessante para a empresa que você tenha pessoas de todos os grupos, representados em todos os níveis porque isso dá flexibilidade ao pensamento empresarial. Sabe dessa história? Isso está sendo... Em São Paulo houve uma reunião no ano passado, está havendo uma segunda, e tem uma série de grandes empresas, aqui no

Brasil, já trabalhando com isso: IBM, Xerox, Banco Real, Mon Santo, Du Pont... Eu vi o presidente da Du Pont do Brasil falar sobre isso, foi um negócio impressionante.

Então está sendo feito isso também. Essas iniciativas... Agora está rolando, eu estou participando de uma forma mais periférica, o Filó está bem dentro disso, o César Nascimento... Existe um empresário, um cara chamado Clarence Smith, esse cara foi um dos fundadores da revista *Essence*, que é uma revista voltada para o público negro feminino. É uma revista feminina fundada em 1970. Então esse cara veio em 1999 com um grupo para a *Essence*, e começou a organizar viagens, *Essence Tours*. Não dá para comparar, tem uma coisa com o Brasil que não dá para comparar. Então os caras iam fazer um viagem para o Egito, mas por causa da situação no Egito, resolveram mudar para o Brasil. Aí foram à Bahia, vieram ao Rio e isso ficou muito marcado lá na cabeça do Clarence, e depois que ele saiu da revista – ele teve um desentendimento e saiu da revista – ele está com um projeto, eles vão começar em outubro voos charter trazendo negros americanos diretamente para Salvador, para não precisar vir para o Rio, nem para São Paulo, diminuir a viagem em mais cinco horas, o que faz uma diferença grande, e por ser mais barato também. Então eles estão fazendo isso, tem um projeto de música também, juntando... A Luciana Melo faz parte desse projeto também com músicos negros americanos e brasileiros. Uma coisa que vai da Bossa Nova até o Charme. E um projeto também de produção de conteúdo de televisão.

Então isso é uma coisa que está acontecendo agora, nesse momento. Clarence está chegando no domingo, eu estive com ele lá em Nova York, e se você vai em Salvador, você vai ver, está sempre uma presença visível de negros americanos. Como tem sempre aqui, agora, também, embora com motivações um pouco diferentes. Se você vai ali do lado do Hotel Otton, tem um bar chamado Meia Pataca, você pode olhar ali, tem sempre duas, três, quatro mesas com negros americanos. Mas eles vêm por uma outra razão, aliás, eles nem saem daquela faixa ali da praia.

V.A. – Ali já tem tudo o que eles querem. [risos]

C.M. – Aliás, o tudo que eles querem está sempre lá com eles, sentados... [risos] Mas de qualquer maneira, esse intercâmbio está se fazendo. Existe agora um roteiro e... Aqui eu posso falar isso. Tem um rapper chamado DMX, esse cara, inclusive, está estrelando um filme que estava começando a passar quando eu estava lá, agora, nos Estados Unidos. E

essa proposta foi apresentada a ele. Na verdade, é um projeto dos artistas: Antônio Pompeu, aquele outro que é diretor, o único que é diretor lá na Globo, o Luís Antônio Pilar. E alguém que produziu um roteiro que é assim: uma família negra americana vai para Salvador, o pai, a mãe dois filhos, uma filha e um filho, esse filho se enfronta, a filha não quer muito saber, mas depois acaba chegando, o filho se enfronta na coisa da cultura e, claro, arranja uma namorada... Então, uma estória que poderia ser passada em uma minissérie em cinco capítulos, poderia ser passada lá e aqui. E essa cara, esse DMX se interessou em ser o protagonista. Mas aí tem uma série de negociações. Conversei com eles ontem, eles disseram: “Queremos fazer...” Esse negócio vai rolar, de uma forma ou de outra, não tem como, os caras gostam. Porque eles gostam? Da mesma forma que eu gosto quando estou lá. Eles se sentem em casa. Eu me sinto absolutamente em casa. Eu me sinto mais em casa do que em algumas coisas que eu estou aqui. Quando eu vou, sobretudo quando eu estou em um hotel cinco estrelas lá e eu vejo os negros trabalhando e sendo atendidos. Coisas que eu não vejo aqui. Eu estou em um lugar que eu estou sozinho. E eles também, porque existe uma semelhança física também. Na verdade, essa história da miscigenação do Brasil, se você olha os negros americanos, você vê a miscigenação presente. Você tem caras de todas as tonalidades. Você tem caras muito mais claros do que você e caras muito mais escuros do que eu. E são parecidos.

Então, se você chegar lá de repente, pelo cabelo, de repente, podem achar que você é latino, ou não.

A.P. – Já me chamaram de boliviano.

C.M. – Depende muito de com quem você estiver. E eles também vêem essa coisa aqui, eles se identificam.

V.A. – Eles se identificam mais aqui...

C.M. – Eles acham os negros brasileiros mais parecidos com eles do que os africanos ou os caribenhos. Fisicamente parecidos com eles. E há esse aprendizado mútuo. Coisas que a gente aprende lá com eles, como eu estava falando com eles agora: “Vocês, depois que a legislação não sustenta mais a segregação, não é mais com base na Lei, é

com base nos costumes, outras formas... Nisso nós estamos muito treinados lá no Brasil, nós sabemos como isso funciona sem a Lei.” Então há muito aprendizado, troca.

São as duas maiores comunidades fora da África, têm uma série de pontos de identificação, tem muita simpatia, tem essas histórias de música... Isso é inevitável.

V.A. – Agora, quais são as críticas maiores à ação afirmativa?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. – Então agora é uma palestra...[riso]

C.M. – A primeira crítica que costuma aparecer, a primeira contestação que costuma aparecer em relação à ação afirmativa é a constitucionalidade. Então, quem faz isso se baseia no Artigo quinto da Constituição, que diz que todos são iguais perante a Lei, independente de raça, sexo... E que, portanto, seria inconstitucional você fazer qualquer coisa privilegiando um grupo racial.

E quem defende a ação afirmativa se baseia em um outro Artigo, no terceiro, que fala que o Estado... Ele reconhece implicitamente que a igualdade é algo que já exista, e que cabe ao Estado promover igualmente, igualmente o bem-estar. É mais ou menos assim que o Artigo terceiro vai. Então o que acontece? Se, na verdade, o que prevalecesse no Brasil, em termos da Constituição, fosse essa visão fechada em cima do Artigo quinto, não se teria uma série de discriminações positivas – que é um outro nome da ação afirmativa – em relação às mulheres, a questão da aposentadoria e a cota nos partidos; em relação aos portadores de deficiência; idosos; menores; filhos de... Havia uma cota para filhos de fazendeiros nas universidades rurais, para filhos de professores nos colégios de aplicação, para pequenos e micro empresários... O ministro Marco Aurélio Melo, em um *paper* que ele apresentou em um seminário em Brasília, disse que existe isso para todo o tipo de grupo. Inclusive uma interpretação fechada do Artigo quinto impossibilitaria que você fizesse programas para a pobreza delimitados por renda. Se você faz um programa para quem ganha até 90 reais, você está discriminando quem ganha 91, 92, 93, 100, 1.000.000... É uma discriminação, uma discriminação positiva e, sobretudo deve ser muito injusta para quem ganha 91 ou 92, só que o Estado tem recursos escassos e ele precisa limitar. E isso sempre provoca injustiça também. Mas não é considerado inconstitucional, e não é considerado como ferindo o Artigo

quinto. Então alguém já disse que: “O problema dessa que está discutindo agora, não é a cota, mas a cor da cota.” Já que a cota é aceitável na sociedade brasileira. O problema é fazer isso em relação aos negros. O Joel Rufino, acho que tem a frase perfeita para isso: “A Constituição tem elementos para defender ou para atacar a ação afirmativa. Depende de onde você foca e depende, fundamentalmente, de uma outra coisa que é política. Ou seja, a decisão sobre se você privilegia o Artigo quinto ou o terceiro, é uma decisão política.” É disso que se trata.

O outro obstáculo que é apresentado é a questão do mérito. Então, isso fere o mérito acadêmico, sobretudo o mérito acadêmico, quando se fala da universidade. Mas enfim, você criar alguma medida que privilegie um grupo, quando se trata do acesso a determinadas posições, você estaria infringindo o sistema do mérito, que deve ser aquele que prevaleça.

Qual é a nossa argumentação em relação a isso? Nós também somos a favor do sistema do mérito. Ele é necessário, você tem posições escassas dentro da sociedade e é preferível que essas posições sejam ocupadas por pessoas que estejam preparadas. Agora, como é que você avalia esse mérito? No caso da universidade, é o vestibular? Ora, durante um montão de tempo nós temos acompanhado uma discussão, que eu continuo até hoje, sobre o valor do vestibular. Alguém já disse que o vestibular mede o quê? A capacidade de fazer vestibular. Um aluno que passou no ano passado, não passaria de novo, submetido ao mesmo vestibular. Um reitor de universidade não passaria naquele vestibular, então, ele não mede a capacidade de cursar, fazer aquele curso, ou depois, mais ainda, de ser um profissional bem-sucedido, porque ele não leva outras coisas em consideração. Eu costumo dar um exemplo: Vamos supor que a nota de corte seja 5. E o aluno que teve tudo na vida tirou 5,1. Ele é medíocre, não é? Ele não deu o retorno das viagens internacionais, da Internet, dos papos enriquecedores em casa, da pressão dos pares... Então ele tirou um pouco acima da média. E o outro tirou 4,9 e teve tudo ao contrário. Ele não entrou. Será que existe um abismo de conhecimento entre o que tirou 0,2 pontos acima do outro? Eu estou usando um exemplo extremo, evidentemente. Sendo que esse outro vem de condições adversas. Teve que superar uma série de coisas. Entre os dois, qual seria aquele mais promissor? Em quem valeria a pena investir? Vamos supor que você fosse um empresário e quisesse o retorno do seu investimento no estudo daquela pessoa. Eu jogaria no do 4,9 porque esse vai longe. Tendo em vista o lugar de onde ele veio.

Então, o que se quer? Que o critério do mérito seja reconstruído para incorporar aspectos como a capacidade de superar obstáculos, que, com certeza, é uma forma também de mérito, e que vai ajudar muito mais a prever um futuro sucesso do que apenas a prova do vestibular. Então, esses critérios têm que ser revistos.

O terceiro argumento que costuma ser apresentado é – e esse é muito interessante –: “Isso é uma coisa que é americana...” E aí se trabalha com o antiamericanismo que caracteriza alguns setores da sociedade brasileira. Um antiamericanismo muito interessante, porque é um antiamericanismo de *jeans*, que gosta de rock, mas é antiamericano. Está bom. Então, o que acontece? Então: “É uma coisa americana e não deu certo nos Estados Unidos.” Bom, quem fala que não deu certo nos Estados Unidos, normalmente não usa indicadores socioeconômicos para dizer isso. É uma coisa impressionista, tipo assim: “O racismo continua lá. A gente viu que outro dia teve um incidente... mataram um negro não sei aonde.” Esquece do dentista que foi morto aqui em São Paulo. Mas enfim, “não deu certo nos Estados Unidos porque o racismo continua lá.” Alguém já disse que se a ação afirmativa acabasse com o racismo seria um efeito muito interessante. Tal como você tomar uma vacina contra a varíola e se imunizar contra o tétano, por exemplo. A ação afirmativa não pretende acabar com o racismo. Ela pretende fornecer igualdade de oportunidades, é isso. Pode ser, acreditasse, que com isso, no futuro, com o passar do tempo, as pessoas se acostumando ao convívio umas com as outras em todas as posições, você contribua para acabar com o racismo. E, com certeza, você também pode contribuir para diminuir o conflito na medida que você oferece um canal de ascensão, pelo menos, para algumas pessoas do grupo, um número significativo, se espera, de pessoas do grupo dominado, sem possibilidades. E também, aquilo que eles chamam lá de *Role Model*, seria o modelo de comportamento: “Eu posso ser médico porque eu vi o outro parecido comigo que é médico. Isso me mostra que eu também posso ser, também posso chegar lá.” Agora, quando a gente pega os indicadores socioeconômicos, então, essa história de que não deu certo... Só para a gente ter uma ideia: no final da década de 1950 os negros ganhavam, nos Estados Unidos... você tinha em torno de mais de 60% vivendo abaixo da linha de pobreza. Hoje, dados de 1996, deve ser PINAD, a PINAD deles lá, porque eu entrei na Internet outro dia: você tem em torno de 29% de famílias negras vivendo abaixo da linha de pobreza. O que ainda é desproporcional porque a proporção para os brancos é em torno, um pouco menos de 10%. Mas tem duas consequências, dois corolários disso. Um: a maioria dos negros não

é pobre. Você tem 29% abaixo da linha de pobreza, mais de 70% estão acima. Segundo: A maioria dos pobres não é negra porque 10% dos brancos é muito mais do que 30% dos negros. Os negros são 11 a 12% da população, dá uns 30 e tantos milhões.

V.A. – Da população toda?

C.M. – Da população toda. Parece que é mais, não é?

V.A. – Parece que é mais. É impressionante.

C.M. – São 11 ou 12% historicamente.

V.A. – Mas isso se contar negro...

C.M. – No sentido americano.

V.A. – No sentido geral. Tudo para eles é *afro-americans*... 12%?

C.M. – *African-Americans* são de 11 a 12%. Embora em algumas cidades, sejam a maioria da população. Nas grandes cidades, essa proporção é sempre maior. Em Nova York é em torno de 30, e em Washington é 70, Atlanta é maioria da população, Nova Orleans é maioria da população. Em muitos lugares é maioria da população. No Sul sobretudo, mas não só no Sul. Nas grandes cidades essa proporção é maior. Mas você tem aquele “interiorzão”, onde vive grande parte da população americana e onde a presença de negros, às vezes, é de 5%, menos... Aqueles estados do Oeste. Tem lugar que os caras nunca viram negros.

Então, o que aconteceu? Houve um progresso. E esse progresso pode ser delimitado com muita clareza entre os anos 1960 e 80, que é exatamente chamado de período de ouro da ação afirmativa. Porque na década de 1980 entra o Reagan, e o Reagan começa a cortar. Entre outras formas, colocando – não só para isso – os juízes conservadores (que ele começa a nomear para a Suprema Corte), começam a derrubar a ação afirmativa. Embora, de nenhuma forma, tenham acabado com ela. E a última decisão foi uma decisão ambígua, mas favorável. Basicamente favorável, dizendo que é

válido você usar um critério racial. Só que esse critério tem que ser de acordo com certas coisas... Então, você pode ver hoje que... Eu costumo usar como exemplo muito fácil para as pessoas visualizarem, quem tem NET, ou Sky, que tem Telecine. Então tem cinco canais de Telecine. Um deles é o Telecine Classic, que passa os filmes da década de 1960 para lá. Então é só ver os papéis que os negros faziam naqueles filmes e os papéis que fazem hoje. Esse é um indicador, é um reflexo da sociedade. Então, a gente chega lá, por exemplo, eu estava nesse Hotel Hiet Regency, em Kansas City, lá para o encontro da Associação de Psiquiatras Negros. E era sábado e eu vi chegando, foram chegando, parecia a velha guarda da Portela: casais de idosos negros. Os caras de terno, as mulheres... Que tinham alugado o salão para fazer uma festa deles, no hotel cinco estrelas. Ninguém estava prestando atenção naquilo, era... Isso seria impossível no Brasil. A velha guarda até podia ir convidada para tocar, até para ser homenageada, até podia ser. Mas não eram eles que iam alugar o salão.

Então houve uma modificação muito grande. Sem nenhum idealismo, tem um montão de problemas. Eles falam de um monte de problemas. Curiosamente, problemas semelhantes aos daqui: a polícia matou um no carrão... essas coisas desse tipo.

V.A. – Como assim, um carrão?

C.M. – Essa estória, eles chamam de DWB: *Driving While Black*, dirigindo enquanto negro. Essa coisa da abordagem policial, de pedir documentos, de muitas vezes ter uma abordagem agressiva. Então é uma coisa muito parecida com o que a gente tem aqui. Mas houve um progresso, um progresso muito grande. Você sai nas ruas de manhã... Tem uma amiga minha que desceu do avião em Nova York, pegou o ônibus para ir para a cidade, mas não se aguentou, puxou a máquina fotográfica e começou a tirar fotos dos carros: BMWs, Mercedes, ela não estava acostumada a ver os negros dirigindo aqueles carros nessa quantidade, homens e mulheres... São só indicadores visíveis, coisas que você pode perceber no dia-a-dia. Eles estão em toda a parte.

E ação afirmativa... Seria desonesto dizer que isso é tudo produto da ação afirmativa. É difícil dizer o que foi exatamente, porque ela está tão disseminada, ela é feita de tantas maneiras, como essa coisa das empresas: cada empresa faz de um jeito. Não chama de ação afirmativa, chama de promoção da diversidade. Tem um monte de coisas. Mas que, com certeza, ela causou um impacto, porque houve, junto com outras

medidas de caráter redistributivo. Enfim, uma série de coisas, políticas sociais dos governos democratas, Lyndon Johnson sobretudo... então isso houve uma... A situação é completamente diferente.

O outro argumento... O do mérito que eu tinha falado anteriormente, o do mérito tem um...

[FINAL DA FITA 2 – B]

C.M. - ...políticas sociais dos governos democratas, Lyndon Johnson sobretudo... Então a situação é completamente diferente. O outro argumento, o do mérito, que eu já tinha falado anteriormente, o do mérito tem um...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.M. – ...tem o do mérito. São dois argumentos paralelos que são apresentados. Um extremamente preconceituoso que fala da queda da qualidade do ensino: “O ensino vai cair...” Pelo menos a gente tem um... embora seja um resultado parcial, mas ele é tão poderoso, que é o do resultado do primeiro semestre letivo da UERJ em 2003, que mostra exatamente o contrário disso. Alunos que passaram em todas as matérias: Os alunos cotistas, tanto os negros quanto os das escolas públicas têm o maior percentual de alunos que passaram em todas as matérias e o menor percentual daqueles que foram reprovados em todas as matérias. Eles tiveram o melhor desempenho na média em quase todos os departamentos. São quatro departamentos, em três eles tiveram desempenho acima da média, em Humanas, Ciências Sociais e Biomédicas, e tiveram o desempenho um pouco abaixo em Ciência e Tecnologia. Também, a nota mais discrepante que foi um cara que entrou para Odontologia, em 114 pontos possíveis ele fez 6,5. Entrou pela cota. E o que entrou com a nota mais baixa sem cota, entrou com 77. Então, de 77 para 6,5 é um abismo. Então esse aluno era aquele aluno que era destinado ao fracasso. Ele passou em todas as matérias no primeiro semestre de 2003, o que reforça aquela nossa ideia da garra, do valor da garra, da vontade de superar obstáculos.

E o outro argumento, e esse é de uma pobreza... As pessoas parecem que não param para pensar quando dizem: “Essas pessoa vão ser discriminadas no mercado de

trabalho.” Bom, em primeiro lugar, como se não fossem atualmente. Em segundo lugar, eu gostaria de saber como é que se vai descobrir que essa pessoa entrou pela cota, porque o diploma não diz isso. E só vai receber o diploma quem tiver cumprido as exigências acadêmicas. Ninguém se forma por ação afirmativa. Pode-se entrar por ação afirmativa, mas para concluir o curso vai ter que cumprir todas as exigências acadêmicas e ganhar o diploma exatamente igual aos outros. Então eu gostaria de saber de que forma se vai identificar o aluno que entrou pela cota.

Existe um quarto argumento que eu considero, esse sim, o mais perverso, que é o argumento de que, por causa da miscigenação no Brasil, é impossível você dizer quem é negro e quem é branco. Ele já seria perverso porque isso nunca foi obstáculo para se discriminar negativamente os negros. Então, na hora de prejudicar os negros se sabe muito bem a quem se vai prejudicar. Então, na hora de beneficiar seria impossível. O que acontece? Alguns, inclusive alguns intelectuais que têm defendido essa posição, algumas pessoas do campo de Ciências Sociais... o que está acontecendo aí? Estão adotando, estão oscilando entre dois modelos. Entre o modelo brasileiro de identificação racial e o modelo americano. Então usam um quando interessa e usam o outro quando o primeiro passa a desinteressar. Eu vou dar um exemplo: Vamos imaginar um intelectual brasileiro, branco, com acesso a informação, viagens internacionais... Isso é uma coisa que costuma acontecer com muita frequência, o cara vai para os Estados Unidos e descobre que não é branco, lá. E fica com muita raiva disso, inclusive vem, às vezes, pedir a solidariedade dos negros, esquecendo que aquilo a que ele é submetido lá, nós somos submetidos aqui, mas tudo bem. Aí a pessoa chega e diz o seguinte: “Você vê como os Estados Unidos são um país racista, lá, pelo simples fato de que a minha bisavó era uma negra, eu seria considerado negro. Isso é um absurdo.” O que ele está dizendo? Que aqui no Brasil ele é branco, embora a bisavó possa ter sido negra. Se ele não tem marca suficiente dessa ancestralidade, ele não será considerado negro. Essa é a visão brasileira que foi construída aqui, em função da história daqui, e é essa que serve na prática. Aí você vem com a proposta, para a mesma pessoa, de ação afirmativa: “Vamos fazer alguma coisa em relação aos negros.” Ele diz: “Espera aí. Mas como é possível identificar quem é negro? Eu, por exemplo, minha bisavó é negra.” Então nesse momento ele passa da visão brasileira para a visão americana da *one drop rule*, da regra de “uma gota de sangue”. Uma gota de sangue negro transforma em negro lá sim, mas aqui não. Então quem é que a gente considera, quem é o negro, quem deve ser

beneficiado por essas medidas? Aqueles que são discriminados como tal. E muitos são discriminados como tal. Aquela visão, um pouco do que eu percebi lá no Rio Grande do Sul, eu vi pessoa reunidas em torno de algo que... elas estavam reunidas ali porque não lhes permitiam entrar em outro lugar. Então elas estavam em uma mesma categoria, e é aí, esse é o negro. Aquele que em algum lugar, em algum momento vai poder ser discriminado. E a gente sabe identificar quem é.

Agora, existem dificuldades? Pode existir dificuldade em determinados casos? Pode existir. Mas isso não será privilégio desse tipo de política. Qualquer política que você faça que estabeleça algum tipo de distinção, por exemplo, políticas voltadas para a pobreza: qual é a linha da pobreza? Um salário mínimo, dois, três, cinco, dez... depende do pesquisador e do instituto de pesquisa. Existe muita divergência em relação a isso. Mas todo mundo tem certeza que existe pobreza e que a pobreza tem que ser atacada, e que algumas pessoas são mais pobres que as outras e têm que ser defendidas de alguma forma. Da mesma forma a velhice: Quando é que começa a velhice? 45, 50, 55, 60, 65... existe muita dúvida, muito debate a respeito disso. Mas existe a velhice, existem problemas associados, características, condições associadas à velhice que devem ser enfrentadas independente do limite que você coloque. Sempre que você estabelece um limite, você está fazendo algum tipo de injustiça. “É 65 anos.” Aí tem um cara que está doentinho, está mal, e ele tem 64 anos e 300 dias, mas ele tem 64 e ele não vai ser atingido se a política for de 65. E o de 70 pode até estar em melhores condições do que ele, mas a sociedade precisa estabelecer limites para poder trabalhar.

Isso não pode ser um obstáculo. Tem que considerar esses obstáculos, essas dificuldades, mas considerar ao mesmo tempo, que existem pessoas que inequivocamente são atingidas. Eu não teria nenhum problema, por exemplo, em um programa desse tipo, se eu, havendo escassez de recursos, de posições, têm que se adotar um peso maior para mais melanina, um peso maior para o cara mais escuro. Eu sei que o cara mais escuro que eu é mais discriminado do que eu. Embora nós todos sejamos, existe uma coisa em que você é menos que eu e esse cara mais escuro é mais do que nós dois.

Então é criar esses mecanismos, levar tudo isso em consideração, é claro que não pode ser só uma coisa, tem que... Por exemplo, esse programa da UERJ: eu acho muito interessante essa modificação que introduziu renda também. Agora é questão de raça e classe. Esses são mecanismos que vão sendo aperfeiçoados na sociedade, a gente não...

V.A. – E as fotos lá da UNB?

C.M. – Está se criando toda uma polêmica em torno, enquanto as fotos são apenas um elemento. E – conversando ontem com o Jacques D’adesky – um elemento muito mais que entra ali como dissuasor. O cara que quer fraudar, como fizeram aqui na UERJ, o cara é louro e diz que é negro...

V.A. – Pardo.

C.M. – É, ele diz que é pardo. Mas agora não pode mais dizer que é pardo. O cara que é pardo tem que dizer que é negro. O Ali Kamel não gosta disso. Então o que acontece? Você manda a foto... É um fator inibidor. O que parece que eles vão fazer? Um conjunto de coisas, inclusive, em uma dúvida, entrevistar a pessoa, olhar a pessoa... Eu acho que é o ideal? Lembra o nazismo? Eu acho que esses mecanismos têm que ser aperfeiçoados. O que me incomoda é o tal louro entrar fraudando aqui. Coisas que sejam feitas para trabalhar isso... Eu não vejo grande problema em se considerar uma série de características, inclusive um questionário. Tem essa história de questionário, o cara vai dizer se foi discriminado, se foi não sei o quê, passou por isso e por aquilo... Tem uma lei, um projeto de lei do Sarney, que eu acho que encaminha bem esse negócio. É do Sarney, mas um monte de gente que trabalhou, inclusive Wânia Santana trabalhou nisso, que é outra... Não sei se vocês entrevistaram...

V.A. – Não.

C.M. – O projeto prevê que a pessoa para se identificar como negro para essa coisa, são pessoas consideradas pretas e pardas, e isso tem que estar no seu documento. Os documentos mais recentes não têm isso, então a lei manda os cartórios abrirem com essa coisa para as pessoas botarem no seu documento. Botar no seu documento tem um peso que é diferente só de dizer. Está lá: preto, pardo... Tem que estar no seu documento. São todos mecanismos que estão sendo estudados, criados, testados, para se poder implementar isso.

V.A. – Eu acho difícil você... como saber de fato... porque eu me lembro que eu fui uma vez na África do Sul e tem um museu lá do *apartheid*. Você já viu?

C.M. – Não, eu não fui. Não fui a Johannesburg.

V.A. – É muito interessante o Museu do *Apartheid*. E tem lá uma comissão, eles fazem um ambiente, uma ambientação da comissão de reconhecimento de raça, que eram uns sujeitos brancos que ficavam sentados e a pessoa ia lá para reconhecer a raça. Eu fico com medo desse tipo de identificação. Quem é que vai dizer que raça que é você?

C.M. – Veja só: em alguns casos ninguém vai ter dúvida.

V.A. – Claro.

C.M. – Então vamos trabalhar com esses que ninguém tem dúvida.

V.A. – Perfeito.

C.M. – Não tem problema algum.

A.P. – Já é um avanço.

C.M. – O Kabengele Munanga chama de negros indisfarçáveis. Acho que é uma boa terminologia. Então vamos trabalhar primeiro com esses aí. Aqueles mais “tinta forte”, que sofrem mais a discriminação. Não tem problema com isso. Vamos criar esses critérios, agora, não podemos fugir da discussão. O que está acontecendo... Uma coisa é quando você coloca essa objeção de um ponto de vista de quem está tentando contribuir para que esses mecanismos sejam criados de uma forma legal, de uma forma que não relembre essas coisas nazistas e fascistas. A outra coisa é quem está botando esse obstáculo como um impedimento, uma forma de fazer o negócio “gorar”. Então temos que ter cuidado em relação a isso. Existe muita discussão, estava conversando com o Paulo Roberto, que é um cara que vem lá daquelas primeiras reuniões, que eu conheci na primeira reunião da Candido Mendes em 1974. Ele falava: “Eu não gosto desse

critério.” Então vamos descobrir os critérios, vamos formar os critérios. Agora, eu acho que é fácil em um primeiro momento, se você tiver dúvida de qualquer coisa, pega os “tinta forte”. Pega os “tinta forte” porque esses aí não tem dúvida, aqueles que a gente não tem dúvida. E depois vamos ver como é que a gente vê esses outros casos, porque varia.

Eu sei, eu não entro naquele equívoco desses pesquisadores, eu sei que tem uma variação regional. Eu sei que, por exemplo, você vai ser branco na Bahia e negro no Rio Grande do Sul, e em alguns outros lugares vai depender da situação, não é isso? Se você for à Bahia ninguém vai dizer que você é negro. Vão saber, está na cara que tem uma coisa de origem, mas lá não é considerado. Por quê? Porque lá os brancos são muito poucos e se eles fizessem isso iam ficar totalmente ilhados. Então eles permitem que os mulatos mais claros passem por brancos, estão sabendo que não são, mas tem um jogo lá. No Aurélio você encontra lá o adjetivo “branco da Bahia”, pejorativo: mulato. Está no Aurélio, “branco da Bahia”. E me lembrou um cara que eu conheci que é professor na Universidade de Wiscosin, ele é filho de um soldado branco americano e de uma mulher haitiana. Ele é um tipo muito indefinido. Ele disse que em Cuba falaram que ele era *blanco de la tierra*, que é o “branco da Bahia”. [risos]

V.A. – Deixe-me fazer aqui uma recapitulação do movimento negro. Antes de a gente começar a gravação você tinha falado de um estudo que saiu, acho que nos anos 1980, dizendo que o movimento negro...

C.M. – Acho que era uma coisa mais recente que eu vi na internet, que o movimento negro não tinha cumprido a promessa. Ele parecia que ia ser uma coisa grande e não foi. Acho que a situação atual que está acontecendo, o debate, e eu acho isso importante – acho que não falei antes –, para além de qualquer coisa que a ação afirmativa possa conseguir, que as medidas de ação afirmativa possam conseguir, ela já teve uma vitória muito grande que é a discussão de raça. É fazer o brasileiro discutir raça porque o brasileiro não gosta, é desconfortável, incômodo, causa urticária... e estão tendo que discutir: está todo dia no jornal. Todo dia no jornal questão de raça. E se a gente considerar que você não pode resolver um problema antes que você reconheça a existência dele, então nós estamos caminhando em um sentido positivo, de estudar os problemas, que não vão ser resolvidos com ação afirmativa. Ação afirmativa é um meio

de conseguir alguma coisa, de se conseguir um caminho para tirar o aspecto escandinavo que certas instituições brasileiras ainda têm. A televisão é um bom exemplo disso. Então está sendo muito positivo por causa disso, pelo próprio fato de a gente estar discutindo.

V.A. – A gente estudando esse assunto, a gente vê que há uma diferença grande dos primeiros debates lá na Cândido Mendes em 1972, para hoje em dia. E uma das coisas que a gente reconhece é que a discussão chegou não apenas na imprensa todos os dias, mas para o Estado. E você teve uma função importante. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso. De política pública você falou desse encontro que houve em São Paulo, já em 1992, mas você esteve na secretaria aqui, na SEDEPROM, depois virou SEAFRO, e o próprio fato de você estar junto com o Abdias no senado. Eu queria que você falasse um pouco disso, de trazer esse movimento para as instituições do Estado.

C.M. – Havia muita desconfiança no início. Até um determinado momento havia muita suspeita de cooptação: “Então vamos levar os caras para neutralizar...” Mas essa minha experiência, embora tenha sido às vezes dolorosa – a experiência da SEDEPROM foi muito dolorosa porque nós não conseguimos avançar muito, nós apanhamos da máquina do Estado, essa é uma outra história. Você tem que conhecer a máquina do Estado, senão você não funciona. Você pensa que tem grandes ideias, essas ideias precisam ser traduzidas na linguagem burocrática, você precisa fazer um projeto, para fazer um projeto você tem que distribuir o orçamento do projeto por entre as rubricas, coisas técnicas que te derrubam. E além disso você tem uma própria resistência, aí falando de Weber, uma resistência da máquina burocrática, coisas que a gente está aprendendo, e hoje eu percebo, por exemplo, que pela atuação da SEPPIR, que o pessoal tem aprendido.

E algumas pessoas que têm feito esse trabalho, o Ivair é um cara que tem estado sempre nessa junção entre Estado e sociedade civil. Eu acho que é uma forma válida. Válida e necessária. Você precisa ter essas instâncias de contato, que vão traduzir de alguma forma, vão levar a reivindicação do movimento social. Elas não podem substituir o movimento social. Isso é uma tentação na qual às vezes pode-se incorrer. Mas elas têm um papel a cumprir e eu tenho visto... Por exemplo: minha segunda experiência positiva foi participar do grupo de trabalho interministerial que o Fernando

Henrique criou em 1995, representando o Ministério dos Esportes. E ali nós elaboramos uma agenda, todo um conjunto de propostas que vão muito centradas na ação afirmativa, que por muito tempo pareceu engavetado pelo governo, mas que nesse segundo governo Fernando Henrique, ele trouxe, ele colocou em prática alguma coisa. Pelo menos do espírito daquilo que tinha sido proposto. O Hélio Santos fez parte, um monte de gente fez parte desse GTI da população negra, que depois foi novamente reconstruído agora no governo Lula, um outro GTI que também fez uma série de propostas que estão sendo trabalhadas.

Acho que tem um papel para o governo. Não se esgota no governo, você tem a sociedade civil e as instituições da sociedade. Nós vamos agora lá na Secretaria de Direitos Humanos, então o que nós vamos fazer?

V.A. – Isso não está no currículo...

C.M. – Eu estou lá com o Jorge da Silva. Continuo no Instituto de Segurança Pública oficialmente. Oficialmente eu sou assessor do Instituto de Segurança Pública, na prática eu estou na Secretaria de Direitos Humanos. É uma questão cargos, de dificuldades de cargos. Então eu estou oficialmente em um, mas trabalhando na verdade em outro com o Jorge da Silva, que é também um militante, um amigo de muito tempo, alguém que também tem cruzado trajetórias. Eu já estou trabalhando com ele desde 2000, quando ele era o coordenador daquela coisa grande: Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania, que a imprensa não conseguia acertar e achava que ele era o coordenador de Segurança, uma confusão. Inclusive, já vínhamos fazendo um trabalho nessa área, tem um curso que é dado na UERJ para policiais e para lideranças comunitárias, tem um curso lá em Niterói para a Escola Superior de Polícia Militar. Então temos trabalhado muito dentro dessa área.

Mas a nossa proposta, e essa é uma ideia minha e do Paulo Roberto... O que aconteceu? O principal marco da ação afirmativa nos Estados Unidos foi quando o Estado descobriu que podia utilizar o poder, o poder que o Estado tem em função da grana, que é o quê? O que eles chamam de *posses power*, o poder do dinheiro, o poder da grana, a capacidade que o Estado tem de influir nas instituições que dependem do Estado, tanto nos fornecedores dos bens e de serviços, dos que participam das licitações do Estado, ou seja, você amarrar licitação a determinadas práticas. Podem ser práticas

ecológicas, por exemplo, isso tem sido feito. Práticas nessa área, quero dizer, empresas a partir de vinte empregados – me parece que é isso na legislação lá – que participem de licitação em órgão de governo, tem que provar que não pratica discriminação racial. Como é que você prova que não pratica discriminação racial? Você mostrando que tem negros em várias posições, mulheres e outros grupos também. Quem mais ganhou com ação afirmativa nos Estados Unidos foram as mulheres, não foram os negros. Então você amarra isso. A legislação de ação afirmativa é para um número de grupos que varia, os grupos variam de acordo com a região, com a composição étnica da região, mas sempre são negros, mulheres, índios, *native americans*, portadores de deficiência... uma série de grupos.

Então o que a gente está querendo? E o Jorge gosta da ideia, porque desde a época da SEDEPROM a gente já conversava dessa história, que é amarrar as licitações do Estado em relação a isso. Eu acho que é um negócio... e só o Estado pode fazer isso, isso é área do Estado. E o Estado fazendo isso, também está dando exemplo para fora, e ele também tem que fazer dentro dele. E aí vem agora no dia 13, a discussão lá com o Noel de Carvalho, a audiência pública...

A.P. – Na ALERJ...

C.M. – Exatamente, que ele quer amarrar a coisa do concurso público. Sempre cota não é? Gozado, que isso é uma distorção que vem da direita americana. A direita americana botou um rótulo: “A ação afirmativa é cota.” Aí a discussão chega aqui na periferia e as pessoas imaginam que a ação afirmativa seja cota, que se resume a cota. Quando lá, cota é a forma menos usada, até porque para usar cota você tem que atender uma série de requisitos. Então são bolsas de estudos, programas de formação e de treinamento, reforço escolar, tudo isso é ação afirmativa. Mas essa coisa do Estado impor... e cada um faz do seu jeito, não tem uma regra. Você tem que mostrar que fez, que faz.

Então, esse tipo de coisa eu tenho visto, e quando a gente percebe... por exemplo, voltando àquela palestra que eu vi o Ivair fazendo, quando a gente percebe que o governo federal, na época do Fernando Henrique, começou a adotar uma série de coisas, e ver que a trajetória daquelas pessoas que vem lá desde o governo do Franco Montoro, então você percebe que há um trabalho sendo feito no interior da máquina do Estado e é um trabalho interessante. Um trabalho que é suprapartidário, que é feito no

PSDB, que é feito no PT, que é feito no PDT... e tem se espalhado para todos os partidos. Então, cada partido quando chega no governo tem pessoas preocupadas com isso, que vão de alguma forma... E outro aspecto interessante – e isso é geral, não apenas ação afirmativa, da questão racial no Brasil – você não vai entender também, se você fizer uma divisão entre direita e esquerda, você imaginar que a esquerda seja simpática e a direita não. Na verdade você vai ter, talvez um pouco mais de simpatia na esquerda, mas tem gente da esquerda que não tem simpatia nenhuma com isso. Muita gente bate. Não tenho dúvida que o Tarso Genro é contra. Ele está engolindo isso. Cristóvão era contra, assim como o Paulo Renato era contra.

V.A. – E por quê?

C.M. – Pelo conservadorismo. Existe um conservadorismo de esquerda também, que tende a reduzir tudo à questão de classe. Aí alguém já lembrou: “Por que não essa mesma proposta para as mulheres?” Eu acho assim: os negros na sua maioria são pobres, então se você fizer alguma coisa em relação aos pobres, você vai atingir a população negra. É, isso vale para as mulheres também. A maioria das mulheres é pobre com certeza. Então por que você não substitui as políticas para as mulheres por políticas para os pobres, porque aí você vai atingir as mulheres. Claro que é furada! Então é você imaginar que vai resolver o problema racial sem atacar o problema racial, é isso que se pretende com esse discurso: “Vamos fazer um programa para os pobres.” Totalmente a favor, somos todos totalmente a favor de todos os programas para os pobres. Não tem maniqueísmo aí não, não é uma coisa ou outra. Só que a gente sabe que programa para os pobres não acaba com discriminação racial e nem com desigualdade racial.

Alguém diz, por exemplo: “O problema é educação...” Aliás, o negócio da educação é interessante, porque educação serve para tudo, é panaceia e acaba sendo uma solução conservadora. Tem um texto sobre comportamento das elites... eu tenho isso, é uma coisa que a gente estudou lá no mestrado, e aí, as atitudes das elites em relação a essa coisa da desigualdade, todo mundo aponta: a saída é educação. É uma saída conservadora, primeiro porque se começasse a mudar agora, radicalmente agora, o resultado se faria sentir trinta anos depois. Então não afeta ninguém agora, você joga a solução lá para frente. Mas claro que eu não estou dizendo que não haja problemas sérios de educação que tenham que ser atacados, mas o Roberto Martins, que aliás,

aceitou fazer o prefácio do meu livro agora... O Roberto Martins tem um texto – agora ele é consultor da ONU, um grupo de trabalho sobre raça da ONU – e ele mostra que se negros e brancos tivessem o mesmo nível educacional, ainda haveria uma substancial diferença de salários. Essa diferença se reduziria quase que pela metade, mas ela é tão grande que ela continuaria sendo grande. Ou seja, o problema não é apenas a educação porque, entre outras coisas, negros e brancos exercendo a mesma função, tal como mulheres e homens, os brancos ganham mais. E a discriminação de raça é maior do que a discriminação de gênero. As mulheres brancas ganham mais que os homens negros. A pirâmide é: homem branco; mulher branca; homem negro; mulher negra, que é a última da tabela. Você não resolve isso apenas investindo na pobreza, embora precise dramaticamente que invista na pobreza.

Nós somos contra todo esse maniqueísmo. Temos que atacar em todas as pontas ao mesmo tempo. E é uma tarefa difícil.

V.A. – Nessa passagem pelo Ministério dos Esportes, foi na época do Pelé...

C.M. – Foi.

V.A. – O que foi isso?

C.M. – Foi por causa do Filó. O Filó foi escolhido lá para ser o presidente do INDESP, Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e me levou como assessor. Aí foi uma passagem interessante, também porque pudemos travar um contato mais com a máquina, mas também de uma posição muito mais privilegiada. E era muito interessante porque o sócio do Pelé, o Hélio Viana, já sabendo de onde a gente vinha, dizia: “O Filó, não pode mexer com essa história de raça, aquele negócio de racismo, esse negócio de negro...” Aí o Fernando Henrique vem e assina um decreto, cria esse grupo de trabalho interministerial e diz que os ministérios envolvidos tinham que apoiar. Ah... era tudo que a gente precisava. Um grupo lá não sei de onde estava precisando de alguma coisa que dava para fazer de alguma forma, dar algum tipo de apoio, aí eu falava assim: “Manda o ofício e menciona o decreto do presidente.” [riso] Então passei a participar de tudo oficialmente. Interessante é a participação no GTI, foi muito boa.

A.P. – E depois, a participação no senado?

C.M. – Com o Abdias, aí estava em casa. A questão... Bom, eu sou espírita, kardecista... O espiritismo é interessante porque o espiritismo não é baseado em dogma, eu acredito porque é uma coisa muito concreta, uma coisa de você sentir de repente... se eu fechar os olhos e pensar em determinadas coisas, daqui a pouco eu estou sentindo meu braço ficar leve... coisas dessa natureza. Foi-me dito lá que eu tenho uma missão. Isso foi-me dito por uma pessoa que não me conhecia.

V.A. – Onde?

C.M. - Em uma sessão espírita, kardecista, vem alguém e me diz: “Você mexe com...” Uma pessoa que nunca tinha conversado comigo: “Você mexe com essas coisas da África? Quando você faz isso, isso é parte da sua missão da vida e você não está sozinho.” Então, eu percebo que as coisas me levam sempre nessa direção. Então, chegando lá no Ministério dos Esportes, não podia mexer com isso: o Fernando Henrique cria um negócio... Então, em todo lugar eu vou parar dentro dessa história de algum jeito. Aí vou trabalhar com o Jorge da Silva...

Então, no caso do Abdias, era uma coisa... ele fala disso, a gente de vez em quando fala disso, porque era impressionante a afinidade. Ele chegava para mim e dizia: “Eu quero fazer um discurso sobre a Frente Negra.” Era só isso que ele falava. Aí eu ia lá, construía alguma coisa, aí mostrava para ele, ele às vezes mudava uma palavra aqui, uma outra ali, ou acrescentava um parágrafo, que era algo da vida dele, que eu evidentemente não sabia, e estava pronto. Era um negócio feito por música. Não precisava dizer: “Eu quero que você fale disso, disso...” Então foi uma época de muita... era muito fácil fazer esse tipo de trabalho, e ao mesmo tempo...

[FINAL DA FITA 3 – A]

C.M. – ...uma série de contatos ali pelo senado, tanto com caras como o Paulo Paim, gente desse tipo, a Benedita que estava lá na época, mas também os assessores, gente como o Edson Cardoso. Esse é um nome que era interessante vocês ouvirem. Edson

Cardoso é assessor do Paim, é um professor universitário, tem livros publicados também e é um cara do MNU.

A.P. – Ele é de Porto Alegre?

C.M. – Não, ele é de Salvador. Ele é baiano. Na verdade ele vem a ser cunhado do Humberto Adami, desse advogado que está tocando essas ações aí sobre ação afirmativa. Então foi um período interessante, eu acho que...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.M. – ...uma série de projetos que foram apresentados por aquela época, e se eles não passaram exatamente da forma como eram, eles influenciaram outros projetos e agora tem não sei quantos tramitando, tem aí um montão trabalhando com essa ideia de ação afirmativa em várias direções. Acho que valeu também. E agora com o Jorge, eu... o Jorge foi o grande incentivador do meu mestrado. Ele dizia: “Você tem que fazer...” Até que eu me toquei, de novo foi... aí, aquele lado: acredite quem quiser, ou não. Mas de qualquer maneira, na hora que eu resolvi isso, as coisas todas foram se abrindo na minha frente. Eu resolvi então fazer a prova, eram cento e tantos candidatos, doze vagas, eu entrei como o décimo segundo. Estudei um mês, tipo aquela coisa do vestibular. Peguei uns livros que eu nunca tinha visto: “Vou usar minha manha que eu sei escrever, então vou mostrar que eu li os livros e os caras vão me aprovar.” Aí a prova de inglês eu fiz em dez minutos... E consegui entrar em décimo segundo. Mas, quando terminou o curso eu não era o décimo segundo. Eram oito matérias e eu tirei seis 10. Eu nunca tive esse desempenho, tirei seis 10.

A.P. – Aí a carga da militância também...

C.M. – Aí era a malandragem, no bom sentido. O que era? Os professores aconselham – e siga isso sempre que puder, não vai ser sempre possível, mas muitas vezes – todos os trabalhos de final de curso, se você pudesse dirigir para o tema da sua dissertação, que você faça. Então, tudo que eu pude fazer assim, eu fiz. Quando eu fui começar a escrever, eu estava em abril do ano passado e não tinha escrito nada: “O que eu vou

fazer?” Aí lá no centro me disseram: “Começa a escrever, que você vai ver o que vai acontecer.”

Aí comecei, aí fui pegando as coisas. Em uma semana eu tinha cinquenta laudas. Em uma semana eu tinha cinquenta laudas de coisas que eu já tinha escrito e fui juntando. Ora, se você pensar que você pode fazer uma dissertação com oitenta e poucas, eu tinha em uma semana. Só que eu fiz 147. Mas eu fui usando isso. Então os professores davam uma aula, parecia um livro e eu via: “Nisso aqui tem alguma coisa que me interessa.” Pegava aquilo ali. “Isso aqui tem outro negócio. Estou guardando tudo que me interessa.” Depois eu articulei tudo que me interessava, usei a minha experiência, e uns caras, que sabiam muito mais do que eu, que tinham lido aqueles livros todos... Eu não fiz Sociologia nem fiz Direito, então tinham uns caras que tinham toda a leitura do Direito e outros tinham as da Sociologia, e tinham caras que tinham feito uma e estavam fazendo outra. Eu não tinha nada disso, mas eu sabia onde eu queria chegar. Pronto... e caras que não sabiam nem, de repente, o que eles iriam defender.

V.A. – Durban. Você foi a Durban?

C.M. – Eu fui, mas fomos fazer outro vídeo. O que aconteceu? Como é que foi essa história de Durban? Era até um fim de semana, me liga o Ivanir lá de Genebra. Porque nós fomos construindo essa... Vale a pena falar disso: nós fomos construindo essa aproximação e é um cara que eu dou um valor muito grande, sobretudo, de onde é que ele veio. Eu tive essa coisa: filho de empregada. Mas eu nunca tive dificuldades. Eu fui privilegiado. Dentro de uma situação difícil, eu fui privilegiado. Tive todo o carinho, tive toda atenção... Ivanir teve uma situação muito mais difícil e é um cara que foi crescendo, crescendo...

Em 2001, pouco antes da Conferência, me veio uma ideia. Eu estava na barca atravessando a Baía, ali naqueles vinte minutos, aí me veio uma coisa na cabeça, veio quase pronta a ideia: “A gente está muito em gabinete, precisamos fazer alguma manifestação.” Agora, eu sou absolutamente contra ato público e passeata se você não conseguir reunir muitos milhares de pessoas. Tem que ser um negócio significativo. Você vai atrapalhar o trânsito, você vai encher o saco das pessoas, vai incomodar a população e vai angariar antipatia no final. “Então precisamos fazer uma outra coisa,

mais criativa.” E me veio a ideia do shopping. O que acontece no shopping? Não é que seja o shopping. O shopping reúne uma série de lojas que, no shopping ou em qualquer outro lugar, não contratam negros. Aí conversamos... conversamos com o Marcelo Paixão, pesquisador, aquele cara do IDH da população negra, e o Marcelo falou o seguinte: “Vocês são poucos, então se concentrem nas lojas de roupas.” “Está bom.” Aí fomos lá. O que a gente fazia? Chegava em frente da loja, tinha uma planilha, anotava quantos vendedores negros e quantos brancos, assim no olhar. Usamos o critério mais amplo possível de negro. Então era assim: qualquer coisa, cabelo, nariz, cor da pele, qualquer coisa. E somamos no final. 155 lojas, 742 brancos e 26 negros. Então voltamos no fim de semana, na sexta-feira seguinte. Isso foi em um sábado, na sexta-feira seguinte voltamos, um grupo pequeno: 50 pessoas. O Ivanir, o CEAP gastou uns 500 reais nos cartazes e nos adesivos que a gente colava nas lojas: “Não comprem em lojas que discriminam negros.” E era muito engraçado, nós distribuimos um panfleto, veio uma senhora branca e disse: “Vocês têm que fazer isso mesmo.” O segurança: “Quer dizer que se esse negócio der certo eu não vou precisar ser só segurança?” “Sabemos que é verdade...” Em algumas lojas: “Nós tínhamos um vendedor negro, mas ele pediu demissão no mês passado.”

Mas em algumas lojas, nas lojas em que tinham vendedores negros, a gente parava e aplaudia. A loja do Boticário, a menina bem preta, veio e chorou: “Essa loja foi a única que me aceitou...” Então isso ficou marcado, no dia seguinte saiu meia página nos maiores jornais brasileiros, teve gente que viu isso nos Estados Unidos, 500 reais a gente gastou para poder fazer isso. Isso estreitou ainda mais a relação com o Ivanir. Eu assinei alguns artigos, a gente assinou alguns artigos juntos publicados no *Globo*, “Privilégios ameaçados e ação afirmativa e honestidade intelectual”. Depois o Ali Kamel levou um outro pau nesse debate porque ele disse: “Ah, essa história de juntar pretos e pardos na categoria negra, isso não é explicado nos artigos.” Eu disse: “Eu escrevi dois artigos...” Ele disse: “Mas eu não sou... Você sabe que eu não consigo, são vários publicados em todos os jornais...” Eu disse: “Não, no *Globo*.” [riso]

Então, o que aconteceu? Era um fim de semana e o Ivanir me liga de Genebra: “Você está na delegação para ir à África do Sul?” Eu falei: “Não. Ninguém me convidou, eu também não sou papagaio de pirata, não pedi.” Aí, me ligam na segunda-feira da Fundação Palmares, dizendo que eu tinha sido incluído na delegação. Aí eu falei: “Bom, não vou lá passear.” Aí liguei para o Filó: “Filó, você vai na coisa?” O Filó

é muito ligado com a Bené. “Filó, você está indo?” Ele falou: “Não.” Eu disse: “A gente pode ir lá fazer um vídeo, tal como nós fizemos lá no Senegal.” Aí ele desligou e me ligou de tarde: “Ó, tudo certo. Vamos levar uma equipe...” E fomos e fizemos esse registro, que é um negócio muito interessante porque a delegação brasileira foi a maior de todas, de 250. Foi maior que a norte-americana. Deu um banho, conseguiu aprovar... houve um trabalho todo de bastidores, gente como Wânia Santana, o Ricardo Henriques, que hoje está lá com o Tarso Genro – aí não é um cara exatamente de movimento negro, mas um cara que veio do IPEA, como o Roberto Martins – então eles trabalharam muito bem nos bastidores também e o Brasil conseguiu aprovar uma série de coisas.

E tem o lado em relação ao governo brasileiro, porque as pessoas não entendem muito bem: “Ah não, não aconteceu nada lá...” Como é que não aconteceu? O governo brasileiro assumiu uma série de compromissos, que depois você cobra internacionalmente. E essas instituições têm cobrado o Brasil. Essa coisa de raça, a ONU tem cobrado o Brasil, a OEA tem cobrado o Brasil, tem os relatórios que tem que mandar, para a convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho, que é sobre discriminação no mercado de trabalho... Tudo isso tem sido trabalhado e o Brasil tem mudado, o governo brasileiro tem que dar satisfação diante dessas coisas, dessas convenções. Eu acho que foi muito positivo, e não é a toa que é logo depois da Conferência que começam as medidas de ação afirmativa. Que começam as medidas do governo Fernando Henrique e aqui no Rio a Assembléia adota... e a coisa do Garotinho sancionar porque... “Não, isso foi assinado... Interesse eleitoral...” Houve uma reunião na semana de 20 de novembro no Palácio Guanabara, e estava o Ronaldo Lessa, governador de Alagoas – que também tem interesse em cima dessa questão, do Zumbi. Eles promovem lá a região da Serra da Barriga, União dos Palmares... E o Jorge da Silva estava presente, e alguns dias antes o Dr. Pinaud, que era o secretário de Justiça e Direitos Humanos – essas coisas ficam mudando – tinha mandado, tinha pedido a opinião dele porque estava para ser sancionada a coisa da UERJ, as cotas das universidades públicas, e tinham pedido então um parecer jurídico. E o Pinaud começou a ler lá o parecer que um cara da área dele deu e o Jorge foi ouvindo e falou assim: “Espera aí Pinaud. Quem escreveu isso foi um branco, não é?” [riso] “Pinaud, quem escreveu isso foi um branco?” Que era aquele negócio: O Brasil não tem... Aquela estória. Mas, tudo bem. Não tinham pedido nada a ele... Nesse dia, quando apareceu

essa oportunidade, o Jorge falou: “Governador, então agora era um bom momento para o senhor assinar aquela Lei, sancionar aquela Lei.” O Garotinho: “Já assinei.” Não tinha assinado, mas assumiu um compromisso político ali e assinou. Essas coisas têm essa nuances, têm esses bastidores que as pessoas pensam, simplificam: “Ah não, o cara assinou porque ele...” O que importa aí realmente? Você tem aí um trabalho realizado que não vem do ar, não foram marceiros que fizeram. Foi construído.

V.A. – Você falou da Fundação Palmares, é Sarney.

C.M. – Foi fundada pelo Sarney e com o nosso... é o cara mais hábil dentro dessa área, que é o Carlos Moura. O Carlos Moura é o negro que, na estrutura burocrática do Estado, é um cara com uma habilidade imensa, conhece todo mundo... Ele sabe onde quer chegar também. E realmente não dá para dividir isso em esquerda e direita, não dá. Não é assim. Você não vai conseguir entender. Tem algum efeito, mas não é direto. É claro que você tem direita que é o Olavo de Carvalho, mas tem direita que é Sarney, que conversa, que dá para construir aliança, e que às vezes é por um motivo pessoal. Às vezes é por uma experiência que teve na vida, alguma coisa em relação ao negro, e tem uma sensibilidade. Nelson Rodrigues. Nelson Rodrigues e a relação dele com Abdias. Nelson Rodrigues era um cara que dizia que Abdias era o único negro brasileiro, que era o único cara que assumia essa coisa. E aquela peça dele, *O anjo negro* mostra muito bem como é que ele via essa questão. E é um cara considerado de direita, que apoiou a Revolução de 1964.

A.P. – Carlos Alberto, você incluiria a Lei 10.639 como uma medida de ação afirmativa?

C.M. – Qual é?

V.A. – A do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

C.M. – É. Fica no limite. O que é ação afirmativa? Ação afirmativa implica sempre em você dar uma vantagem a um grupo que estava em desvantagem. Uma ação puramente antidiscriminatória, não pode ser considerada uma ação afirmativa. Acho que ela fica no

limite. Eu acho que ela é mais uma ação antidiscriminatória, porque você estuda a história da Europa e não estuda... então eu acho que ela é mais antidiscriminatória do que ação afirmativa. Mas em um sentido mais amplo eu acho que dá para entrar sob o guarda-chuva, porque na verdade é uma expressão guarda-chuva.

A.P. – E qual a importância que você...

C.M. – Para quem começou com a história do passado africano, eu acho que é fundamental. Eu tenho percebido, por exemplo, o caso da minha namorada, que ela tem um filho de seis anos, o Rodrigo, e o pai é branco. O Rodrigo está ficando cada vez mais negro. Mas assim no contato, no que ele está ouvindo, no que ele está percebendo. Ele está vendo o outro lado dessa história de coisa de negritude, que é algo positivo, que é legal. Você não está ali chorando. Minha experiência com essa coisa não é, embora tenha a dor, tenha a frustração, tenha a raiva que dá em determinadas situações, mas a minha experiência é uma experiência que considero altamente positiva. Eu posso me considerar feliz dentro dessa história. Você conseguir mexer, você ter uma causa que você consegue ver ela avançar, que você contribui para isso, você ajuda pessoas... Eu já fiz palestras que eu vi pessoas chorando de emoção, se sentindo melhor consigo mesma. A História da África contribui para isso. A História da África reforça a autoestima da população negra e destrói preconceitos na população não-negra. É fundamental. E é uma história extremamente interessante também, e algo que as pessoas costumam não saber e levam um choque positivo quando descobrem que o império de Gana, na época em que Guilherme da Normandia invadiu a Inglaterra com sete mil homens, o rei de Gana tinha um exército de 200 mil. São coisas interessantes. Acho fundamental.

A.P. – Só para fechar, uma coisa que a gente tinha conversado antes de começar a gravar, um balanço sobre essa trajetória do movimento negro. Alguma espécie de comparação entre...

C.M. – O que eu vejo agora, pelo menos no Rio de Janeiro, eu não sei se isso se aplica a São Paulo, acho que em São Paulo as clivagens lá dentro do movimento são mais sérias, há uma dificuldade maior de transpô-las, mas no caso do Rio o que eu percebi é que houve uma grande convergência. E ação afirmativa também tem ajudado nisso, porque

ação afirmativa deu uma bandeira comum ao movimento. Você tinha lá um monte de reivindicações. Todo mundo passou, você tem ainda quem seja contra, mas é absolutamente minoritário. O próprio MNU, que tinha dificuldades com isso, apoiou, está apoiando. Então, deu uma bandeira comum. E eu acho também... O que foi se desenvolvendo? São pessoas que se respeitam. Pelo menos essas pessoas que vieram lá da década de 1970, da década de 1980, pessoas que estão a mais tempo no movimento são pessoas que se respeitam, embora guardem diferenças. Eu não posso dizer que penso exatamente igual ao Amauri, mas nós temos, além de amizade, um profundo respeito e não temos nenhuma dificuldade em sentar juntos para planejar o que quer que seja. Ninguém pensa igual a ninguém, mas nós conseguimos superar essas desavenças pessoais. Eu acho que isso é fundamental. Então, eu acho que é também um sinal, um sintoma de maturidade.

Agora, se há um lado negativo... não é um lado negativo. Se houve alguma perda? Aquele era um momento de mais entusiasmo, porque a gente estava descobrindo as coisas e estava nessa história... essa história do cabelo afro que eu falei. Essa história assim: você estava chocando a sociedade, você estava trazendo uma informação que... Havia um certo senso de heroísmo naquilo que se fazia. Ainda mais porque era um momento de ditadura também. E claro que isso você não pode segurar por décadas. O entusiasmo que havia nas reuniões do IPCN, aos sábados. As pessoas passavam o sábado inteiro lá no Brasil-Alemanha, da manhã até quase seis horas da tarde. A ponto de isso ter criado quase um incidente internacional. Um dia eu encontro um amigo, até um negro também, um cara que era do BNDES, um cara com um contato muito bom em Brasília: “O que vocês estão fazendo lá?” O que aconteceu? O síndico do prédio onde funciona o Brasil-Alemanha foi reclamar daquelas reuniões no sábado, que era uma bagunça... Que não era. Na verdade, é que os cara tinham que trabalhar, os porteiros... Não estavam acostumados a trabalhar no sábado e com aquele movimento. Eu sei que ele foi ameaçado. Era o seguinte: aquele era território da República Federal da Alemanha e que qualquer coisa eles acionariam o advogado em Brasília. Eles nunca disseram isso para nós. Eu soube isso por fora.

V.A. – O síndico foi ameaçado?

C.M. – O síndico foi questionar, reclamar com o pessoal do Brasil-Alemanha e eles disseram que aquilo era território da República Federal da Alemanha. Eles nunca disseram isso para a gente. Aliás, foi uma relação da maior dignidade com o Brasil-Alemanha.

V.A. – Como foi o contato?

C.M. – Basicamente porque tem um cara chamado Itamar Fagundes, que é um negro que trabalha até hoje lá, e que tinha um bom contato com a diretoria, com a coisa do Brasil-Alemanha, a gente estava sem lugar, ele propôs e eles aceitaram. Era a época que o diretor do ICBA era o Koellreutter³, aquele cara que é ligado... Ele é verbete em dicionário de música erudita no Brasil. Um cara que tem todo um trabalho. É um cara de uma abertura. O Koellreutter disse: “Vem para cá.” E isso aconteceu também em Salvador, curiosamente. Os negros se reuniam no... lá é Instituto Goethe. Aqui também o Brasil-Alemanha é Instituto Goethe, mas lá eles não chamam de Brasil-Alemanha. Também abrigou. Não sei se tem a ver com culpa da Guerra... Abrigou, e de uma forma muito... Jamais interferiram em nada. Nunca disseram nada que nós podíamos ou não podíamos fazer. E nós saímos no momento em que nós arranjamos a nossa sede. Saímos para a nossa sede. Então a gente lembra com muita gratidão de quem te abre a porta dessa maneira.

V.A. – Perfeito. Mas alguma coisa que você queira?

C.M. – Acho que falei... Estou com fome... Mas acho que deu...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

³ Hans-Joachim Koellreuter (1915 – 2005) foi um musicista germano-brasileiro que atuou como diretor da escola de música do Instituto Cultural Brasil-Alemanha na década de 1970. Ver: HANS Joachim Koellreutter. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa12924/hans-joachim-koellreutter>>. Acesso em: 15 de Jan. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7